

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

O ROSTO DA IGREJA NA CIDADE

***A Igreja e a estrutura comunitária
Paroquial no mundo urbano***

**Mestrando: ONOFRE GUILHERME DOS SANTOS FILHO
Orientador: Prof. Dr. VALMOR DA SILVA**

**Goiânia
Maio/2001**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

O ROSTO DA IGREJA NA CIDADE

***A Igreja e a estrutura comunitária
Paroquial no mundo urbano***

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Goiás, como cumprimento final das exigências do Programa de Mestrado em Ciências da Religião, para a obtenção do título de “Mestre em Ciências da Religião”.

**Mestrando: ONOFRE GUILHERME DOS SANTOS FILHO
Orientador: Prof. Dr. VALMOR DA SILVA**

**Goiânia
Maio/2001**

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 16 DE ABRIL DE 2001
E APROVADA COM A NOTA 10,0 (DEZ INTEIROS)
PELA BANCA EXAMINADORA

1) **Dr. Valmor da Silva. (Presidente)** _____

2) **Dr. Sérgio de Araújo. (Membro)** _____

3) **Dr^a. Genilda D'Arc Bernardes. (Membro)** _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, horizonte e chão, razão última e primeira para minha dedicação aos estudos sobre Religião.

Aos meus pais, Creusa Negreiros dos Santos e Onofre Guilherme dos Santos (*in memoriam*), por ter despertado, mesmo sem o querer, a beleza de ser um eterno aprendiz.

À Vicentina, esposa, companheira, amiga de todas as horas, das certas e das incertas. Pela paciência da escuta, pela tolerância nas ansiedades, pelo carinho no mar tempestuoso de quem trilha estes caminhos da ciência. Mora no meu coração. Lucas e Elias: mais que filhos, amigos. Já na tenra infância.

Ao Professor Dr. Valmor da Silva, que me deu a mão e me ajudou a encontrar o caminho certo da pesquisa, pela orientação tranqüila, serena, porém firme.

Ao Professor Dr. Sérgio Araújo, Professor Dr. Pe. Alberto Antiniazzi, Professor Ms.Sc. Pe. Luis Schiavo, e Pe. Henrique Malavotti (Itália), pelas preciosas contribuições na elaboração do enfoque temático e da metodologia.

Aos amigos José Sobrinho da Costa e Sueli Maria Amado, pela presença sempre afetuosa, encorajadora, persistente, nas horas de alegria e de difuldades, bem antes, durante e após a nossa permanência na fase de créditos em disciplinas.

Ao Prof. Ms.Sc. Wolmir Therezio Amado, amigo e irmão, que me estimulou e me deu razões suficientes para entender que o caminho ainda está por fazer e que não poderia parar.

Aos colegas e professores do Programa de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás.

RESUMO

A paróquia, comunidade de fiéis católicos confiada a um pároco, surgiu no início do segundo século da era cristã. O seu percurso histórico denota que a mesma foi absorvendo aos poucos a estrutura das grandes burocracias e ideologicamente foi utilizada como instância do controle sócio-religioso. Com o passar da história, a sociedade vai interpelando a instituição paroquial para que esta seja cada vez mais integrada com o ambiente urbano. Quais são os desafios que emergem deste novo tempo histórico para a instituição paroquial? Qual o futuro da organização paroquial na cidade? Esta dissertação trata, portanto, dos grandes questionamentos e desafios de natureza sociológica que a história e atualidade apresentam à paróquia urbana.

O campo amostral de coleta de dados foi a cidade de Goiânia, com suas 49 paróquias, que compõem a Arquidiocese de Goiânia. Os dados coletados são apresentados apenas de maneira elucidativa da modalidade de interação das paróquias com a problemática urbana.

O referencial teórico de análise foi tecido a partir de autores da Sociologia da Religião, como Max Weber, Pierre Bourdieu, Émile Durkheim e Joseph Fichter, bem como alguns autores mais diretamente ligados à teologia, a exemplo de José Comblin, Leonardo . e Clodovis Boff e Alberto Antoniazzi, entre outros. Para Max Weber a paróquia tem se convertido, ao longo da história, em uma das estruturas de dominação presentes na sociedade. Para Pierre Bourdieu, partindo da análise do conjunto da Igreja, a paróquia pode ser interpretada como sendo o espaço onde se legitima o poder sagrado conferido a um corpo de especialistas. A contribuição de Joseph Fichter está na formulação de uma caracterologia da paróquia urbana a partir das diversas facetas da interação social. Durkheim define a paróquia a partir do conceito básico de representação espacial, definindo-a como sendo uma modalidade de representação desta natureza. Neste capítulo apresentamos também alguns relatos de experiências de Pastoral Urbana no Brasil. Trata-se basicamente de um denso estudo analítico da instituição paroquial. Ao final deste capítulo, apresentamos algumas discussões sobre a sociologia da pós-modernidade e no que esta análise contribui para a compreensão da paróquia urbana.

As conclusões às quais chegamos com esta pesquisa apontam para as dificuldades que as paróquias urbanas, na atualidade, enfrentam para interagirem com a problemática urbana. Concluimos que as paróquias urbanas, da forma como se configuram atualmente, não respondem inteiramente às necessidades religiosas da realidade cidadina. Acreditamos que serão necessárias diversas alterações em suas ações religiosas e sociais para que esta instituição, quase bi-milenar, consiga ser resposta institucional mais eficiente e mais consequente no mundo urbano.

Isto posto, elencamos um conjunto de alternativas que as paróquias, general izadamente, poderão adotar para a busca desta maior interação com a realidade urbana. Entre as alternativas, destacam-se: realização de um estudo pluridisciplinar sobre o contexto citadino, alterações no modo de atendimento religioso às pessoas, horários de celebrações, etc. Sugere-se que, nas periferias urbanas, seja privilegiada a forma de organização em pequenas comunidades, estruturalmente menores, que interajam entre si na forma de "redes de comunidades". Concluimos que não se trata de extinguir a paróquia, haja visto a sua pertença a uma herança cultural de longa duração, mas que a paróquia se converta numa modalidade de comunidade que atenta à multiplicidade das realidades sociais específicas que lhes são circundantes.

ABSTRACT

The parish, the community of the catholic faithful entrusted to the Parish Priest, emerged during the second century of the Christian Era. Throughout its history we can see that it little by little absorbed the bureaucratic structures and ideologically was used to maintain social and religious control. With the passing of time society has demanded that the parish becomes more integrated into the urban context. What are the challenges that emerge with this new era for the parish institution? What is the future of the parish in the city? This theses looks at the sociological challenges which the present places before the parish system.

Research and data was collected in the city of Goiânia, with its 49 parishes which make up the archdiocese of Goiânia. This data is presented in a clear way as to demonstrate the problems of urbanisation to the parishes.

The theoretical references for the analyses were woven from three classics from the Sociology of Religion: Max Weber, Pierre Bourdieu Emile Durkheim and Joseph Fichter as well as other more directly involved with the questions like José Comblin, Leonardo and Clovis Boff, Alberto Antoniazzi and others. For Weber the parish has over time become one of the structures of domination in society. For Bourdieu the parish has become an arena where the sacred has been placed into the hands of specialists. The contribution of Fichter is in the formulation of the parish from the diversity of social interaction. Durkheim defines the parish founded on a spatial concepts and sees the parish as one of the modes of presenting the concept. This is a deep analyses of the parish. At the end of this part there is some discussion about post modern sociology and how it contributes to the understanding of the urban parish.

The conclusions that we arrived at with this research points to the difficulties that urban parishes face as they strive to interact with the urban problems. We conclude that the urban parishes as they are now do not answer urban societies religious needs. We believe that alterations need to be made so that this two thousand year institution can be more relevant in the modern urban society.

To this end we make a series of suggestions which the parishes could adopt to make them more effective in the modern society. Amongst the suggestions are: interdisciplinary studies about the city, a change in the way the parishes needs are met, new time, celebrations etc. A suggestion that the parishes on the outskirts of the city could be organised into smaller communities inter-linked in a network. We don't suggest the extinction of the parish we request that they become aware of the multiple social reality in which they find themselves.

INTRODUÇÃO

Um dos traços característicos do cristianismo é a sua organização em comunidades. Desde suas origens mais remotas, os cristãos sempre estiveram às voltas com os desafios de se viver comunitariamente.

Fato é que ao longo destes dois mil anos de história do cristianismo, esta característica peculiar foi sofrendo alterações as mais diversas, na diversidade dos lugares, tempos e grupos sociais. A paróquia, tentativa de consolidar a experiência comunitária, situa-se neste percurso histórico. Sua história, na realidade, expressa esta constante busca do homem e da mulher de todos os tempos de expressarem sua fé de forma grupal, coletiva, organizada. E esta busca foi também assinalada pelas contradições das culturas, dos lugares e dos tempos. A paróquia representa para os católicos, portanto, esta realização concreta das aspirações mais remotas de vida comunitária. Etimologicamente a expressão paróquia origina-se do grego *para-oikia*, que significa tudo aquilo que se encontra perto ou ao redor de uma casa, ou todo um território geograficamente delimitado que está fisicamente próximo de uma igreja.

Inicialmente apresentamos a definição jurídica da estrutura paroquial e um pouco de sua história. O enfoque jurídico é aqui colocado apenas com a finalidade de evidenciar e definir de forma clara o objeto de análise de nossa pesquisa. O atual, Código de Direito Canônico (denominado CDC), aprovado em 25/01/1983¹, que substituiu o CDC de 1917, insere as definições e as configurações legais da instituição paroquial no Livro I (“Do Povo de Deus”), na Parte I (“*Da constituição hierárquica da Igreja*”), mais especificamente em seu Capítulo VI (“*Das paróquias, dos párocos e dos vigários paroquiais*”), nos cânones 515 a 552. Brevemente, interessa-nos destacar alguns elementos presentes no CDC que nos ajudem a pontuar com clareza

¹ João Paulo II, Papa, 1987, p. 198.

a definição jurídica da instituição paroquial². O cânone 515 é muito importante para esta definição. Assim o CDC se expressa:

“§ 1º - Paróquia é uma determinada comunidade³ de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano.

§ 2º - Erigir, suprimir ou modificar as paróquias compete exclusivamente ao Bispo diocesano, o qual não erija, nem suprima paróquias, nem as modifique de modo notável, a não ser ouvido o conselho presbiteral.

§ 3º-A paróquia legitimamente erigida tem, **ipso iure**⁴, personalidade jurídica”.

A concepção de paróquia está, portanto, associada à existência de um território geograficamente delimitado e que se encontra sujeito ao poder individual-jurídico de um “pastor próprio” ou “pároco”. A paróquia tem personalidade jurídica e é constituída por um conjunto de pessoas (*universitas personarum* - cân. 115, § 1º). Não é um colegiado (cf. cân. 115, § 2º), nem é apenas uma associação de fiéis, mas é comunidade hierárquica. O CDC afirma enfaticamente que a paróquia é erigida basicamente em obediência ao princípio territorial, “tal que compreenda todos os fiéis de um determinado território” (cân. 518). O Código atual frisa que a paróquia é uma “comunidade de fiéis”, havendo nela variedade de carismas e ministérios, já que “é o Espírito que a edifica”⁵.

² Borrás, A., 1997, traz maiores informações sobre o aspecto jurídico das paróquias.

³ A palavra comunidade tornou-se de uso corrente em vários campos de estudo e ação social, geralmente recebendo conotação positiva. Entretanto notemos algumas críticas. A palavra comunidade é geralmente colocada como oposição à estrutura paroquial, porque esta dificulta a experiência real de comunhão entre seus membros. Na nossa dissertação, a palavra comunidade é utilizada em sua acepção sociológica, para designar um grupo imitado de pessoas que se unem pelos laços da fraternidade.

⁴ Ou seja, Pela mesma razão legal “ou “pelo mesmo fundamento jurídico”.

⁵ Compêndio do Concílio Vaticano II, 1996. Sobre a diversidade de serviços religiosos (ministérios) que caracteriza uma a comunidade eclesial (igreja), conferir o n° 32a da Constituição *Lumen Gentium*.

1) Um pouco da história da paróquia

O primeiro testemunho histórico da existência de comunidades de fé residentes num determinado território, confiadas estavelmente a um presbítero, data do final do século I da era cristã⁶. Para cada cidade, de qualquer porte era destinado inicialmente um Bispo⁷.

Boff afirma que a “igreja urbana” como é apresentada nos escritos neotestamentários paulinos (exemplo: “*a Igreja de Corinto*”, cf. 1º Coríntios 1,2) parece indicar a existência de uma só comunidade em cada cidade, que articulava as várias “comunidades domésticas” (cf. 1º Coríntios 16, 19)⁸. Hoornaert afirma que “*ser cristão, naqueles tempos, não significava aderir a uma nova doutrina, mas viver uma nova vida*”⁹. A forma mais original e primitiva de vida cristã consistia nas reuniões comunitárias nas casas particulares de algum casal ou de alguma família. Sociologicamente, atesta Hoornaert, estas reuniões tinham a aparência de seitas ou heresias. A casa, enfim, era o “*núcleo de irradiação*”. Somente no ano 232 d.C. foi descoberto na Síria Oriental o primeiro prédio exclusivamente dedicado à reunião dos cristãos. A expressão oikos significava não somente casa no sentido da habitação, mas, sobretudo, a própria família, os parentes e as pessoas próximas. Para designar o conjunto destas pessoas reunidas é que se usava a expressão ekklesia, que significava para os gregos a assembléia dos homens livres. Este termo foi apropriado pela comunidade cristã para designar os “santos” (homens e mulheres na designação bíblica paulina) que se reuniam numa casa.

⁶ Vanzan, P. e Auletta, A., 1998, p. 14, bem como Chaunu, P., 1993, p. 123-126.

⁷ König, A., 1994, p. 150-160.

⁸ Boff, C., 1999, p. 195

⁹ Hoornaert, E., 1986, p. 164.

As paróquias territoriais começaram a ser formadas a partir do Concílio de Nicéia (325 d.C.) e se consolidaram com Constantino Magno (337 d.C.), diante da conversão em massa para o cristianismo, fato que levou o Império a construir basílicas e outras igrejas que abrigassem o grande número dos novos cristãos. Inicialmente o número de cristãos que se reuniam nestas igrejas era pequeno, como pequenas eram as cidades: não chegavam a 60 famílias. Segundo Bratti, o que levou à criação de paróquias foi a necessidade de subdividir um determinado território para que houvesse *“uma verdadeira comunidade de pessoas e não um aglomerado de cristãos desconhecidos”*¹⁰.

A partir do final do século III, as divisões administrativas diocesanas foram surgindo, agora com o apoio do Império Romano que criou os chamados *“tituli”* romanos (circunscrições territoriais). Para cada circunscrição territorial era colocado um sacerdote e este, por sua vez, era considerado como membro do presbitério e não exatamente da paróquia ou da diocese. Era comum que este sacerdote se tornasse dependente do bispo da cidade mais próxima¹¹, já que nem toda cidade poderia ter um bispo¹². Grandes cidades como Roma e Alexandria não possuíam paróquias, mas uma estrutura de comunidades que eram unidas à comunidade principal da cidade.

A partir do século XII, na Europa, diversas tentativas foram feitas no sentido de estabelecer regras para a atuação e para os limites paroquiais. Aos poucos, as transformações levaram a Igreja a intensificar o seu caráter hierárquico e institucional. A implantação da

¹⁰ Bratti P., 1976, p. 655-659

¹¹ Sartori L.M., 1973, p. 73.

¹² O bispo era também conhecido como o inspetor da comunidade. O termo “bispo” é de origem grega (episcopo) e não se sabe ao certo qual era a sua função. Se o judeu-cristianismo tinha um caráter eminentemente presbiteral, as comunidades paulinas tinham um caráter mais episcopal. De qualquer forma, Hoornaert, E., 1986, p. 179 afirma que ambas as formas eram de caráter colegial e não monárquico.

paróquia é considerada como sendo o resultado da institucionalização de práticas espirituais já existentes no meio popular. No decorrer da história, a consolidação dessas práticas religiosas vai sendo apropriada na forma circunscrita de um espaço delimitado, geográfica economicamente definido e entregue aos administradores do culto oficial¹³.

Com o Concílio de Trento¹⁴ (1545-1563), que significou o advento da disciplina clerical, a paróquia recebeu uma definição legal mais específica. O Concílio contribuiu para que fossem definitivamente lançadas as bases para o estabelecimento da paróquia territorial jurídica. Trento, segundo Oliveira, fez da paróquia a instituição básica do sistema eclesial católico. O pároco, por conseguinte, tornou-se a figura central desta instituição¹⁵.

Até por volta do século XVII, a função primordial da paróquia era o controle do sistema social medieval. As celebrações da missa dominical constituíam um dever pascal que deveria ser cumprido apenas na própria paróquia, no território dentro do qual a pessoa residia. A paróquia passou a exercer a tarefa de ser um instrumento de regulamentação eclesiástica, vigiando, salvaguardando e conduzindo a implantação das normas morais-religiosas da Igreja Católica e até mesmo influenciando na dimensão política e social.

No Brasil, os primeiros sinais da existência de paróquia datam de 1551¹⁶. No final daquele ano foram contabilizadas 16 paróquias no Brasil. Anterior ainda a esta época, acredita-se que já existiam algumas capelas que precederam a ereção de paróquias. As capelas se referiam à expressão de fé dos colonos.

¹³ Almeida, A. de A., 1997, p. 27.

¹⁴ Almeida, A. de A., 1997, p. 21-57.

¹⁵ Oliveira, P.A.R. de 1994a, p. 132.

¹⁶ Torres-Londono, F., 1997, p. 44.

Paulo Suess denuncia que

“O grande equívoco dos primeiros evangelizadores deste continente foi pensar que seria historicamente, portanto, politicamente possível realizar um projeto evangélico em ‘ilhas de salvação’ - em reduções e paróquias administradas como ‘Cidades Santas’ - no mar tempestuoso da colonização.”¹⁷

Depois de um terremoto acontecido em Lisboa, em 1755, as Ordens Régias mandaram fazer um levantamento geral das dioceses e paróquias do Reino, tanto em Portugal como nos territórios ultramarinos. As informações sucintas que em 1757 foram enviadas da Bahia para Lisboa apontavam para a existência de 49 paróquias que compunham a Arquidiocese de São Salvador da Bahia¹⁸. As estruturas administrativas eclesiásticas foram se aperfeiçoando, atendendo às necessidades concretas do povoamento, do crescimento populacional, diante do inevitável processo de urbanização. No regime do padroado apareceram os núcleos urbanos, nos quais se podiam cobrar dízimos e onde se admitia a nomeação dos chamados “vigários colados”¹⁹, isto é, aqueles que eram sustentados pela própria comunidade.

No início do século XVIII existiam cerca de 400 paróquias no Brasil, burocráticas e exercendo um claro perfil de fiscalização²⁰. A paróquia no período colonial chegou a ser identificada como uma “repartição pública”²¹, na qual tudo era registrado por escrito, para que se fizesse o efetivo controle: casamentos, batismos de homens livres e de escravos, confissão e comunhão, tudo devidamente registrado nas Câmaras Eclesiásticas. A ação religiosa das

¹⁷ Suess, P., 1996, p 861.

¹⁸ Suess, 1995, p. 53 apresenta um levantamento encontrado na “*Lista das informações e descrições das diversas freguesias do Arcebispado da Bahia*”, enviadas pela Frota de 1757.

¹⁹ Torres-Londoño, F., 1997, p. 59.

²⁰ Benedetti, L. R., 1983, traz a discussão histórica sobre a função burocrática da paróquia.

²¹ Torres-Londoño, F., 1997, p. 59.

paróquias era resumida, em muito, à administração dos sacramentos e a algum tipo de catequese rudimentar²².

Entre os anos 1880 e 1920, o catolicismo brasileiro passou por uma reforma que atingiu frontalmente a paróquia no seu mundo de relações, na sua função religiosa e social - a Reforma Católica²³. A concepção hierárquica de Igreja reforçou-se, assimilando formas de organização e de expressão de fé oriundas do modelo europeu. Esta concepção, até os dias atuais, está fortemente presente na Igreja Católica no Brasil, suscitando não poucas crises: é a romanização da Igreja²⁴. Estes fatores atingiram frontalmente as paróquias, que sofreram com o esvaziamento e com sua pouca expressão na vida religiosa popular. Com a Reforma Católica, as práticas e os costumes do catolicismo popular tiveram forçosamente que se adequar ao catolicismo tradicional romano.

A paroquialização exerceu grande importância na realização dos objetivos da Reforma, trazendo consequências imediatas no sentido da deslegitimação das organizações leigas e da perda de sua autonomia: as capelas e oratórios foram submetidos à autoridade eclesiástica do vigário, se tornando sucursais da matriz. Os seus bens, doados por devotos, passaram, por decreto, a ser registrados como propriedades da Cúria e sob a administração da paróquia²⁵.

²² Suess, P., 1995, p. 53-54.

²³ Castilho, J.M.S. de, 1997, p. 92

²⁴ Boff, L., 1979, p. 79: “A forma concreta como sacro-analiticamente se apresentará a universalidade (catolicidade) da fé, realizar-se-á mediante a uniformização de uma mesma teologia, de uma mesma ordenação jurídica para todos, de uma exclusiva língua oficial, etc. É o império do igual, do homogêneo. As notas próprias da Igreja de Roma foram impostas a todas as igrejas locais do mundo inteiro. Houve a romanização da Igreja”.

²⁵ Castilho, J.M.S. de, 1997, p. 104.

De grande importância para a definição da ação da Igreja - e das paróquias - em todo o mundo foram os Documentos Finais do Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 a 1965. O Decreto Conciliar *Christus Dominus*²⁶, atestando a prescindibilidade do elemento territorial na constituição da igreja local, define a diocese/paróquia como sendo uma “*porção do povo de Deus*”. O Concílio suprimiu a antiga prática de realização de concurso para a provisão das paróquias, sendo que o pároco passou a ser nomeado pela Sé Romana por tempo indeterminado, com a missão de buscar a “*salvação das almas*”²⁷.

02) Problematização

Os séculos se passaram. A paróquia chega, nestes tempos, a quase 1.700 anos de existência. A paróquia, sendo um produto da história, acreditamos, nada tem de imutável. Assim, consideramos que suas funções possam se diferenciar, adequando-a às singularidades e às especificidades das circunstâncias e dos tempos.

Vivemos, na atualidade, uma nova conjuntura social, política e econômica. Esta nova “*situação civilizacional*”²⁸ marca sobremaneira o mundo das relações entre as instituições e a grande sociedade. Vivemos agora imersos no processo de mundialização. A Igreja também está imersa neste tempo de quebra de paradigmas, de dissolução de grandes modelos, de perda das antigas referências sociais, dentre as quais ela própria se sobressaía. É de dentro deste contexto

²⁶ Compêndio do Vaticano II, 1996, onde se encontram todas as citações dos documentos conciliares.

²⁷ Compêndio do Vaticano II, 1996, Decreto “*Christus Dominus*”, n.º 28 a 32.

que esta dissertação é elaborada. Portanto, retoma-se o tema da paróquia numa perspectiva nova, apesar da anterioridade de suas elaborações. No meio de uma sociedade altamente complexa e fragmentária, a paróquia ainda enfrenta dificuldades sociológicas. Tendo nascido num ambiente rural, projetada para atender entre 500 e 1000 membros²⁹, com quais instrumentos, na cidade moderna, a paróquia conseguirá inter-relacionar e responder às necessidades religiosas de 6, 10, 20, 100 mil pessoas³⁰?

O processo de mundialização vai também trazendo questionamentos à instituição paroquial. Na nossa pesquisa percebemos a dificuldade da grande paróquia urbana em reunir os católicos e conduzi-los à vivência da religião³¹. Em muitos lugares se apresenta conservadora, restringindo sua ação a pequenas comemorações ou celebrações litúrgicas que dificilmente congregam multidões. Na cidade um número considerável de católicos provavelmente não conhece a paróquia e muitas vezes buscam-na apenas enquanto esta oferece serviços religiosos básicos, como a preparação para os sacramentos de iniciação cristã (batismo, crisma e eucaristia).

A Igreja Católica no Brasil manifestou recentemente, por ocasião da 37^a Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) acontecida durante o

²⁸ Boff, L., 1998, p. 19.

²⁹ Comblin, J., 1980, p. 526.

³⁰ Marins, J., 1968, p. 115.

³¹ Valle, R. e Pitta, M., 1994. Esta recente pesquisa demonstrou que, num universo de aproximadamente 7.459 paróquias em todo o Brasil, existentes até 1994, 70% das comunidades tem a maioria das celebrações dominicais dirigidas por leigos(as).

mês de abril de 1999, a necessidade de se multiplicar no ambiente urbano “*comunidades eclesiais ... e pólos ou centros de evangelização, que atendam à mobilidade da população urbana*”³².

3) Objetivos da pesquisa

3.1) Colocar em destaque a problemática sociológica que a questão urbana apresenta à organização pastoral³³ paroquial, fazendo uma análise crítica das suas contribuições e limitações no atendimento religioso à população urbana.

3.2) Elaborar um debate sociológico sobre a paróquia na cidade, elucidando também os novos e emergentes desafios que nestes tempos a sociedade apresenta à instituição paroquial urbana.

Quais ações poderiam ser implementadas para que a paróquia consiga interagir com a problemática urbana nestes novos tempos? Quais as limitações e quais as possibilidades sociológicas e religiosas da paróquia urbana? São estas as questões norteadoras desta pesquisa.

A hipótese com a qual pretendemos trabalhar está na avaliação da interação entre a paróquia e o mundo urbano. Para elucidar ainda mais esta nossa hipótese, colocamos três questões que a sustentam: a paróquia atual responde aos desafios do mundo urbano? em quê as necessidades religiosas da população urbana interpelam a paróquia? qual o futuro da organização paroquial na cidade?

³² CNBB, 1999a p. 145.

³³ A expressão “pastoral” se refere ao conjunto de todas as atividades e linhas de ação assumidas pela Igreja nos diversos meios e situações em que esta se faz presença. Citemos alguns exemplos: Pastoral da Juventude, Pastoral dos Migrantes, Pastoral Urbana, Pastoral da Comunicação, Pastoral da Família, etc.

4) Enfoque metodológico

Esta dissertação não pretende retomar antigas discussões sobre a paróquia, cujas elaborações teóricas já foram formuladas e ensaiadas há cerca de 40 anos, pelo que pudemos perceber a partir do nosso referencial bibliográfico³⁴.

A dissertação está dividida em dois capítulos ou grandes blocos temáticos. No primeiro apresentaremos o campo que nos serviu de coleta de dados: a cidade de Goiânia, um pouco da contextualização histórica e alguns dados sócio-religiosos que consideramos relevantes. Apresentamos um conjunto de dados coletados em algumas paróquias que compõem o nosso campo amostral, indicando as experiências de interação com a questão urbana. Apresentamos, também, dados de pesquisa nacional sobre as atividades sócioeducativas da Igreja no Brasil, entre as quais situa-se o conjunto das obras sociais promovidas pelas paróquias.

O segundo bloco temático aglutina os referenciais teóricos que nos serviram de base para uma análise da estrutura paroquial no contexto urbano.

Os autores com os quais trabalhamos nesta análise são os clássicos Max Weber, Émile Durkheim e Joseph Fichter, bem como o contemporâneo Pierre Bourdieu. Para Max Weber a paróquia tem se convertido, ao longo da história, em uma das estruturas de dominação presentes na sociedade. Para Pierre Bourdieu, partindo da análise do conjunto da Igreja, a paróquia pode ser interpretada como sendo o espaço onde se legitima o poder sagrado conferido a um corpo de especialistas. Durkheim apresenta basicamente a definição de paróquia como sendo

³⁴ Encontramos uma publicação brasileira datada de 1961, que é tradução de um trabalho francês intitulado "Paroisse, communauté missionnaire", traduzida literalmente como "Paróquia, Comunidade missionária". Foi o resultado de cinco anos de experiências de presença paroquial no meio urbano. Michonneau, G. Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1961.

Anterior ainda é o estudo feito pelo Dr. Rogelio Duocastella, que recebeu o título "Sociologia Religiosa de una ciudad industrial, chamada Mataró-França e foi realizado em 1956, publicado cinco anos mais tarde. Duocastella, R., Instituto de Sociologia Y Pastoral Aplicadas, Madrid-Barcelona, 1961.

uma capela de uma igreja mais ampla - aquilo que denomina “*igrejas restritas*”, e o conjunto das representações que esta instituição traz em si. A contribuição de Joseph Fichter está na formulação de uma caracterologia da paróquia urbana a partir das diversas facetas da interação social. Neste capítulo trazemos alguns relatos de experiências de Pastoral Urbana no Brasil. Ao final deste capítulo, trazemos algumas discussões sobre a sociologia da pós-modernidade e no que esta análise contribui para a compreensão da paróquia urbana.

Nas conclusões finais, trazemos uma análise prospectiva da paróquia urbana, apontando um conjunto de possibilidades que poderão contribuir para uma maior interação entre a paróquia e a realidade das grandes cidades.

O referencial teórico da análise procurou ser uma recorrência às categorias de análise da Sociologia da Religião. Das citações bibliográficas algumas são indicações das fontes pesquisadas onde as análises ou idéias foram fundamentadas e outras objetivam complementar com informações secundárias e indicarem ou sugerirem temas que extrapolam os limites da pesquisa.

Nosso trabalho utiliza o método etnográfico de estudo de casos por considerá-lo mais pertinente para o propósito de nossa pesquisa. A nossa opção sócio-metodológica de coleta de dados foi pelas paróquias situadas na cidade de Goiânia. No primeiro capítulo está apresentado um relato sobre algumas atividades interativas desenvolvidas por algumas paróquias escolhidas aleatoriamente na cidade de Goiânia. Por conseguinte, a nossa metodologia de pesquisa contempla um modelo de análise mais discursivo, a partir de contribuições contidas em diversos Relatórios analisados e nos autores pesquisados.

CAPÍTULO 1

AS PARÓQUIAS NA CIDADE - OBSERVAÇÃO DE CAMPO

Neste capítulo apresentamos inicialmente o amplo campo de pesquisa que fundamentou nossas indagações - Goiânia e sua estrutura eclesial católica. O objetivo deste capítulo é contribuir com elementos práticos que ajudem a situar a posterior discussão sobre a estrutura paroquial no contexto urbano a partir do campo de observação. Apresentamos um conjunto de atividades realizadas por algumas paróquias, atividades estas entremeadas de características religiosas e sociológicas, contemplando a questão que propomos discutir nesta dissertação. Este conjunto de atividades são aqui mencionada apenas com a finalidade de melhor caracterizar a modalidade de interação que algumas paróquias desenvolvem com a cidade.

1.1) A Arquidiocese de Goiânia

A Arquidiocese foi instalada oficialmente no dia 26 de março de 1956, como “circunscrição eclesial” de Goiânia³⁵, criada pelo Papa Pio XII. No dia 16 de Junho de 1957, o então Nuncio Apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi numa solene celebração

³⁵ Teles, J.M., 1978, p. 107 publica um aprofundamento histórico sobre o assunto no artigo intitulado Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz.

acontecida na Praça da Catedral, apresentou a Bula Papal *Santíssima Christi Voluntas*³⁶ que criou a Arquidiocese de Goiânia. Dom Fernando Gomes dos Santos foi designado para ser o primeiro arcebispo da Arquidiocese³⁷. Eis, na íntegra, parte do texto da Bula papal:

“Considerando benéficas às almas essas medidas; atendendo a um desejo legítimo dos interessados nessa transformação com a anuência dos nossos Irmãos, C.S.I.R, responsáveis pelas atividades consistoriais e com todo o nosso poder decretamos o que se segue. Extinguimos a Sede Metropolitana de Goiás, e por outras cartas, desmembramos neste mesmo dia uma parte do território que transcrevemos e criamos, a nova metrópole de Goiânia, que se constituirá dos municípios limitados conforme a lei civil e que têm os seguintes nomes: Goiânia - Anicuns - Aloândia - Abadiânia - Anápolis - Bela Vista de Goiás - Buriti Alegre - Caldas Novas - Campo Alegre de Goiás - Catalão - Corumbá de Goiás - Corumbáiba - Cristalina - Cristianópolis - Cromínia - Cumari - Edéia - Goiatuba - Guapó - Goiandira - Hidrolândia - Ipameri - Itauçu - Itumbiara - Inhumas - Jaraguá - Jandaia - Leopoldo de Bulhões - Luiânia - Marzagão - Mairipotaba - Morrinhos - Nazário - Nerópolis - Nova Aurora - Orizona – Ouidor - Palmeiras de Goiás - Palmelo - Panamá - Paranaíba de Goiás - Paraúna - Petrolina de Goiás - Piracanjuba - Pires do Rio - Pontalina - Santa Cruz de Goiás - São Francisco de Goiás - Silvânia - Trindade - Urutaí - Vianópolis e também parte da cidade de Pirenópolis que se estende do sul do Rio Forquilhas até onde este encontra com o Rio Patos, e do sul do Rio Patos até a sua confluência com o Rio Maranhão; ainda a parte do Município de Planaltina, que está na circunscrição do novo “Distrito Federal” e mais o trecho da região de Formosa que se estende ao sul do mesmo Distrito; e, enfim toda a zona que esta compreende. A cidade de Goiânia será a sede e domicílio do Metropolita e a cátedra do poder pontifical funcionará no templo dedicado à Bem-Aventurada Maria Auxiliadora, em fase final de construção, que elevamos ao grau de Sede Metropolitana e à qual concedemos direitos, insígnias, privilégios, prerrogativas concernentes a templos dessa dignidade.”³⁸

A nova circunscrição eclesiástica compreendia 52 (cinquenta e dois) municípios, abrangendo um espaço significativo do Estado de Goiás e do futuro Distrito Federal: uma extensão territorial de 105.000 Km² e uma população estimada em 800.000 habitantes³⁹.

³⁶ Arquidiocese de Goiânia, 1974, p. 102-105 traz importantes dados históricos sobre este fato. A Bula, na íntegra, foi publicada em Arquidiocese de Goiânia, 1965, p. 91-92.

³⁷ Arquidiocese de Goiânia, 1965, p. 7, onde encontramos o registro deste memorável acontecimento para a Arquidiocese de Goiânia.

³⁸ Arquidiocese de Goiânia, 1965, p. 91-92 publicou a Bula na íntegra. A mesma Bula extinguiu a sede metropolitana de Goiás, erigida em 1933, e a transferiu para Goiânia.

³⁹ Duarte, T., 1998, p. 115.

A partir de 1964 a repressão se instala, contrária a qualquer manifestação de pensamento que abalasse a ordem instituída pelo novo regime.

A Arquidiocese de Goiânia, segundo análise de Silva⁴⁰, mostrou-se inicialmente solidária com o regime militar. Porém, não tardou para que a Arquidiocese manifestasse o seu “desencanto” com o regime que se instaurara.

Coincidente com a II Assembléia do episcopado latino-americano acontecida em Medellín, em 1968, todo este conjunto de posicionamentos da Arquidiocese de Goiânia influenciou diretamente na emergência de uma prática religiosa que colocou como destaque as pastorais sociais e as Comunidades Eclesiais de Base como forças sociais e eclesiais em vista do resgate do projeto histórico de libertação dos pobres. Aprofundou-se na América Latina, conseqüentemente, o processo de separação entre Igreja e Estado. Consideramos importante destacar este fato no contexto da nossa pesquisa, em razão de que esta progressiva separação contribuiu para a formação de estruturas comunitárias cada vez mais distantes do modelo historicamente imposto pelo Estado.

Em Goiânia, o fluxo migratório teve seu ritmo mais acelerado em razão da redistribuição da concentração fundiária do campo⁴¹. Planejada para abrigar um contingente de 50.000 habitantes, quando Goiânia completou cinquenta anos de existência já contava com uma população de mais de 500.000 habitantes. Como resultado do rápido adensamento populacional, inevitável foi o preenchimento das áreas em forma e ocupação ou invasão urbana. Diversos problemas sociais de cunho segregatório foram resultantes desta desordenada ocupação populacional, já que para a população carente não haveria outra solução. Um dos fatores

⁴⁰ Silva, M. da C., 1998, p. 71.

⁴¹ Silva, M. da C., 1998, p. 72.

históricos que mais contribuíram para o acelerado crescimento populacional de Goiânia com certeza foi a transferência da capital federal para Brasília⁴².

A Igreja de Goiânia, a partir também da Carta Pastoral de 1973 retrocitada, foi dando seus primeiros passos em direção ao espaço urbano rico em possibilidades de ações religiosas. A Carta Pastoral consubstanciou esta modalidade de prática religiosa e a presença da Igreja Católica foi fundamental e histórica principalmente nas áreas de posse urbana, nas quais os posseiros, com a força da instituição, reivindicavam a legalização de seus lotes⁴³. Os Planos de Ação Pastoral elaborados a cada dois anos canalizaram os esforços da Arquidiocese para priorizar sua atuação através das Comunidades Eclesiais de Base e no estímulo aos trabalhos sociais desenvolvidos pela Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Pastoral da Família, Pastoral da Juventude e a Pastoral dos Marginalizados.

Após o falecimento de Dom Fernando Gomes dos Santos, no dia 30 de Outubro de 1985, o Papa João Paulo II nomeia como Arcebispo de Goiânia o então bispo da Diocese de Ipameri, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira. Uma das primeiras preocupações do novo Arcebispo, como descreve o atual Plano de Pastoral, foi com a dinamização das estruturas urbanas de serviço religioso, tornando-as mais participativas⁴⁴. Partindo desta iniciativa, Dom Antônio, juntamente com toda a Comissão Executiva de Pastoral - uma equipe formada por sacerdotes, leigos e religiosas que coordenam, com o Arcebispo, a Pastoral Arquidiocesana - passou a implementar as redes de comunidades, superando nas áreas da periferia a menor agilidade da estrutura paroquial,

⁴² O artigo publicado por Duarte, T., 1998, traz excelentes relações entre a criação da Arquidiocese de Goiânia e o estabelecimento da nova capital.

⁴³ Silva, M.da C., 1998, p. 76.

⁴⁴ Arquidiocese de Goiânia, 1998, p. 17.

bem como consolidar as Regiões Pastorais, agora, segundo a avaliação do Plano de Pastoral, mais redimensionadas e atuantes.

Estas “Regiões Pastorais” são subdivisões do mapa da cidade de Goiânia acrescido de municípios circunvizinhos, obedecendo as configurações geofísicas da cidade. Em cada Região Pastoral há um número variável de paróquias, assim como variáveis são as características sócio-econômicas das mesmas. Em 1990 a Arquidiocese de Goiânia abrangia 23 municípios e estava estruturada em 11 Regiões Pastorais, que congregavam 58 paróquias.

Existe uma Região Pastoral que reúne apenas as paróquias situadas no centro urbano da Capital, local de intenso comércio e de economia marcadamente terciária (serviços). Portanto os serviços religiosos das paróquias são predominantemente voltados ao atendimento religioso de uma determinada faixa da população que possui características sócio-econômicas bem definidas. Outras paróquias estão situadas em Regiões Pastorais chamadas “Mistas”, pois reúnem elementos econômico-sociais que caracterizam sua população como pertencente à classe média, mas também possuem em seu território áreas marcadas pela situação de pobreza. Existem as Regiões afastadas do centro urbano, consideradas “periféricas” e reúnem Paróquias que estão situadas em regiões exclusivamente marcadas pela situação de marginalidade social e de pobreza. E, por fim, as Regiões Interioranas, que reúnem as paróquias dos municípios circunvizinhos à Capital do Estado.

Atualmente as *Regiões interioranas* são as chamadas Região “*Pe. Lancízio*” e Região “*Inhumas-Bela Vista*”. As *Regiões Periféricas* dentro da cidade de Goiânia são: “*Alto da Poeira*”, “*Dom Fernando*”, “*Romeiros*” e “*Sul II*”. Na área central da cidade está a Região Pastoral “*Centro*”. As Regiões Mistas são: “*Norte*”, “*Sul I*”, “*Canaã*”, “*Sudoeste*” e “*Leste*”.

Segundo as orientações contidas no atual Plano de Pastoral, cada Região Pastoral possui uma estrutura que congrega representantes das diversas paróquias⁴⁵.

1.1.2) As paróquias no município de Goiânia

A Tabela que apresentamos a seguir sistematiza os dados coletados na Cúria Metropolitana de Goiânia em 25/03/2000.

⁴⁵ Arquidiocese de Goiânia, 1998, p. 11.

Tabela 1 – Relação das paróquias instaladas na cidade de Goiânia

NOME	BAIRRO ONDE ESTÁ A SEDE PAROQUIAL
1. Paróquia Bom Jesus	Jardim Novo Mundo
2. Paróquia Cristo Redentor	Vila Redenção
3. Paróquia Cristo Rei	Parque Ateneu
4. Paróquia Cristo Ressuscitado	Parque Amazônia
5. Paróquia Imaculado Coração de Maria	Setor Central
6. Paróquia Jesus Bom Pastor	Jardim Guanabara
7. Paróquia Jesus de Nazaré	Setor Urias Magalhães
8. Paróquia Mãe da Misericórdia	Setor Sul
9. Paróquia Nossa Senhora Aparecida	Setor Campinas
10. Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz	Vila União
11. Paróquia Sagrada Família	Vila Canaã
12. Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Setor Leste Vila Nova
13. Paróquia Sagrados Estigmas	Jardim América
14. Paróquia Santa Luzia	Conj. Novo Horizonte
15. Paróquia Santa Maria	Parque João Braz
16. Paróquia Santo Antônio	Setor Pedro Ludovico
17. Paróquia São Cristóvão	Setor Rodoviário
18. Paróquia Santo Inácio de Loyola	Conjunto Riviera
19. Paróquia São José	Setor Sul
20. Catedral Nossa Senhora Auxiliadora	Setor Central

21. Paróquia Nossa Senhora Auxílio dos Cristãos	Setor Sudoeste
22. Paróquia Nossa Senhora da Assunção	Conjunto Itatiaia
23. Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Setor Campinas
24. Paróquia Nossa Senhora das Graças	Setor Centro-Oeste
25. Paróquia Nossa Senhora de Fátima	Setor Aeroporto
26. Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe	Parque das Laranjeiras
27. Paróquia Nossa Senhora de Lourdes	Setor Nova Vila
28. Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Setor Norte Ferroviário
29. Paróquia São João Batista	Setor Garavelo
30. Paróquia São João Bosco	Setor Oeste
31. Paróquia São Francisco de Assis	Setor Universitário
32. Paróquia São Judas Tadeu	Setor Coimbra
33. Paróquia São Leopoldo Mandic	Setor Jaó
34. Paróquia São Miguel Arcanjo	Setor Pedro Ludovico
35. Paróquia São Paulo Apóstolo	Setor Oeste
36. Paróquia São Pio X	Setor Marechal Rondon
37. Paróquia Santíssimo Redentor	Vila Aurora
38. Paróquia São Sebastião	Jardim América
39. Pró-Paróquia Nossa Senhora da Guia	Parque dos Buritis
40. Paróquia Santa Cruz (*)	Conj. Cruzeiro do Sul
41. Paróquia Santa Luzia (*)	Vila Santa Luzia

(*) - Estas paróquias estão instaladas no município de Aparecida de Goiânia. Dada a contigüidade territorial com o município de Goiânia, optamos por considerá-las no total das paróquias.

Consideramos importante apresentarmos dados panorâmicos do quadro estatístico da prática religiosa em Goiânia. Segundo os dados apontados pelo Censo Demográfico de 1990, existiam, em Goiânia, 682.228 católicos. Em 1996, o IBGE realizou a contagem da população e constatou que Goiânia é uma cidade com um contingente populacional de 1.003.477 habitantes, caracterizada por um grande número de desempregados⁴⁶. Um dado muito importante para a nossa pesquisa está no estabelecimento da correlação entre o número de paróquias existentes no Município de Goiânia e o número de habitantes. Segundo dados que obtivemos na Cúria Metropolitana, em 25/03/2000, era contabilizada a existência de 59 paróquias em toda a Arquidiocese de Goiânia. Esta reúne 25 municípios, incluindo a cidade de Goiânia. Somente na grande Goiânia (incluindo o contíguo Município de Aparecida de Goiânia), somam-se 41 paróquias.

Se correlacionarmos o total de católicos apontados pelo Censo 1990 (682.228 habitantes⁴⁷, sem nenhuma atualização deste dado) com o total de paróquias existentes na Arquidiocese de Goiânia, teremos o resultado de 16.639 habitantes por paróquia/vigário⁴⁸. Este número pode ser um pouco menor se considerarmos que em algumas poucas paróquias existe a presença do “pároco-auxiliar” ou de outros presbíteros pertencentes às Congregações Religiosas (na Arquidiocese⁴⁹ correspondem a aproximadamente 60% do clero local). Muitos destes dividem as responsabilidades pastorais com os párocos. Entretanto, esta parcela dos presbíteros oriundos das mais diversas Congregações Religiosas não pode, em nossa opinião, ser considerada como

⁴⁶ Site: www.ibge.gov.br, pesquisa realizada em 22/03/2000.

⁴⁷ IBGE, 1990, p. 656.

⁴⁸ Comblin, J., 1980, p. 526 afirma que o Santo Cura de Ars, padroeiro dos vigários, cuidava de 218 católicos.

⁴⁹ Arquidiocese de Goiânia, 1998, p. 14.

fator amenizador da sobrecarga pastoral dos párocos em razão de que a mesma é composta por religiosos que geralmente não se fixam na Arquidiocese e, portanto, constitui um grupo flutuante.

1.1.3) A interação das paróquias de Goiânia com a realidade urbana

O objetivo deste item é destacar experiências de interação das paróquias com a questão urbana. Quais serviços prestam à população urbana? Como este modelo de organização comunitária responde às necessidades religiosas e sociais urbanas? Não se trata de uma amostragem estatística, haja vista que nossa pesquisa não contempla esta técnica. Aleatoriamente escolhemos algumas Paróquias e buscamos nos Relatórios publicados em diversos números da *Revista da Arquidiocese*⁵⁰ os subsídios que apontam para a forma como estas interagem com a questão urbana. Para esta nossa pesquisa, temos claro que este conjunto de dados que apresentaremos é apenas ilustrativo de uma reflexão mais ampla que proporemos nos capítulos que se seguirão. Os dados são apresentados apenas de forma descritiva.

Como vimos, instaladas dentro do município de Goiânia e no contíguo município de Aparecida de Goiânia, situado no entorno da capital (e que compõe a Grande Goiânia), têm-se atualmente um total de 41 paróquias. Estas paróquias estão distribuídas nas 10 Regiões Pastorais existentes dentro da cidade de Goiânia. Muitas paróquias oferecem à cidade serviços comunitários também os mais variados. A seguir descreveremos algumas destas

iniciativas. A *Paróquia Nossa Senhora da Conceição* está localizada no Setor Campinas e é tradicionalmente conhecida como “Matriz de Campinas”. Sua história é antiga. Sua inauguração data de 10/07/1843. Aos poucos, no decorrer de uma longa história no solo goianiense, a Matriz de Campinas foi se tornando referência para a fé popular católica. O atual templo foi construído na década de 60. Tradicionalmente, todas as terças-feiras acontece na Matriz de Campinas uma “Novena Perpétua” em homenagem a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Segundo dados constantes nos relatórios, mais de 50.000 pessoas freqüentam as novenas mensalmente. Uma marca característica das atividades desenvolvidas pela Matriz de Campinas é o trabalho comunicativo, já que a Rádio Difusora de Goiânia, pertencente aos Padres Redentoristas, situa-se na área da Paróquia e diversos são os Programas que presbíteros e leigos apresentam na emissora. A marca característica de interação entre a “Matriz de Campinas” com a realidade urbana está na maneira como esta acolhe as manifestações da religiosidade popular. Acorrem à Matriz de Campinas pessoas oriundas de diversos locais do Estado de Goiás em busca de bênçãos ou das celebrações especiais, como a celebração da “Novena Perpétua de Nossa Senhora Aparecida”. A “Matriz de Campinas” é o protótipo da paróquia que desmantela o princípio territorial como sendo o mais juridicamente correto para a ereção de paróquias. Nos seus diversos serviços e nos grupos de ação religiosa, como pudemos notar em visitas que ali realizamos, estão presentes diversas pessoas de bairros distantes e que não estão circunscritos na área física da Paróquia.

A coleta dos dados que apontam para a interação com o mundo urbano também foi realizada na *Paróquia Jesus de Nazaré*, situada na região norte da cidade de Goiânia. A paróquia é composta por oito comunidades. A interação com a realidade urbana foi constatada em diversas das atividades que a paróquia desenvolve. Uma delas é o chamado “Projeto Criança”,

⁵⁰ Ver referências bibliográficas ao final.

criado no dia 08/09/1992 para atender um número de 50 crianças oriundas de famílias carentes. O “Projeto”, mantido durante algum tempo com verba doada por instituições religiosas italianas, oferece ensino pré-escolar, orientação pedagógica e familiar. Atualmente atende a 85 crianças. Encontramos também a atuação de dois Conselhos Comunitários: o Conselho Municipal da Saúde e o Conselho Municipal de Segurança. Nos dois Conselhos há a presença de membros da comunidade, sendo que, na área da Segurança, o atual presidente atua diretamente na pastoral paroquial. Na área da Paróquia existe o Centro Comunitário Santa Luzia, situado na Vila Roriz, uma das regiões mais pobres da Região Norte da Arquidiocese de Goiânia. A Vila Roriz é tipicamente um setor onde o poder público não implementa iniciativas sociais. Apesar da falta de incentivo dos órgãos públicos, houve um intenso trabalho de educação popular na Vila Roriz, que funcionou durante dois anos (1986-1987), através de um Convênio da Universidade Católica de Goiás/Arquidiocese de Goiânia/MEC. O projeto beneficiou um total de 25 pessoas na faixa etária de 50-73 anos. Atualmente, este trabalho de educação popular foi absorvido pelas Escolas Municipais que atuam na área paroquial. Atualmente existem os cursos profissionalizantes - Bordado a máquina, Bordado a mão, Corte e Costura. Os cursos são de duração semestral. Há na Paróquia permanentemente 04 (quatro) grupos de “Terceira Idade” (aproximadamente 160 pessoas). Estes grupos reúnem semanalmente cerca de 25 mulheres, com o objetivo de confeccionarem trabalhos manuais, com a reversão de renda para as integrantes do próprio grupo. Na área da Paróquia também existem 05 Condomínios Residenciais. Em cada um dos condomínios acontece semanalmente a celebração litúrgica e diversas pessoas assumem as atividades religiosas. A grande dificuldade apontada nos Relatórios da Paróquia está no despertar do interesse dos moradores católicos dos apartamentos para participarem das atividades litúrgicas.

Na *Paróquia Bom Jesus*, situada na região leste, no Jardim Novo Mundo, existe a “Associação Social Promocional Paroquial”. Fundada em 27/03/1968 é uma entidade beneficente que atua na área da promoção humana e social para todos os paroquianos. A Associação atua nas áreas social, cultural, educacional, esportiva e médica e mantém uma escola chamada “Escola da Providência” que funciona em convênio com a Secretaria Estadual de Educação.

Passaremos, em seguida, a tecer algumas considerações de natureza analítica sobre a paróquia. Importante observarmos que a análise que apresentaremos considera os dados acima elencados, coletados no campo, porém, ultrapassa-os e acrescenta outros elementos de análise crítica.

Quando vimos algumas Paróquias, como o caso da “Matriz de Campinas”, que também reúnem pessoas que moram no território de outra Paróquia e que optam por ali participarem, este elemento para nós foi importante porque nos mostrou, na prática, que na cidade muitas pessoas participam de alguma comunidade paroquial não exatamente apenas porque residem nas proximidades da sede paroquial, mas porque formam com outras pessoas o que poderíamos designar como sendo “comunidades de afinidades”. Estas comunidades são formadas por laços não dependentes diretamente do fator territorial, mas sobretudo pela identificação estabelecida entre os grupos religiosos paroquiais e as pessoas de outras localidades que os procuram. Afinal, a vida urbana se caracteriza basicamente pela facilidade que as pessoas têm em se moverem dentro da cidade. Ao longo de sua permanência na cidade, por diversas vezes as famílias se movem dentro da cidade, como numa espécie de “êxodo urbano interno”. Portanto, há uma frágil vinculação com a paróquia territorial em razão da não fixação numa comunidade local específica de forma estável e permanente. Notamos uma tendência desta faixa móvel da população urbana em estabelecer outros níveis e formas de vida comunitária, que extrapolam o

contexto da paróquia, e que ajudam a organizar seu sistema simbólico. Conseqüência também da mobilidade urbana, percebemos que o sentimento que vincula as pessoas à dinâmica da vida urbana é bem mais intenso do que o sentimento que poderia vinculá-las à prática religiosa paroquial. Em razão desta dificuldade em estabelecer comunicação com a paróquia, as pessoas tendem a expressar uma certa passividade, sentindo-se alheias à dinâmica paroquial⁵¹. Muitas não conseguem geralmente interagir com o sistema tradicional da autoridade do clero como vigora no quadro da paróquia. As pessoas são sensíveis à participação nas decisões⁵². Bratti afirma que o homem urbano tende a sentir-se “*demasiadamente passivo a Paróquia*”, diferentemente do que ocorre na vida civil, os as pessoas são continuamente interpeladas a escolher, decidir⁵³.

A paróquia enfrenta dificuldades enquanto considerada como entidade sociológica. Como concebemos como grupo comunitário um contingente populacional composto geralmente por 6, 10, ou 20 mil pessoas⁵⁴? Comblin⁵⁵ afirma que a paróquia nasceu num mundo rural e foi concebida para ter entre 500 e 1000 membros. O Santo Cura de Ars, padroeiro dos vigários, como já falamos anteriormente (ver nota de rodapé n° 48), cuidava de 218 católicos. Na cidade uma boa parcela dos católicos “não praticantes” sequer conhece a paróquia. Permanece indiferente a ela, sendo que muitos a procuram enquanto meramente uma prestadora de serviços religiosos. Exemplo desta prática é o grande número de católicos urbanos que buscam os serviços

⁵¹ Domezi, M.C.,1997, p. 228.

⁵² Comblin, J., 197Q p. 801.

⁵³ Bratti P., 1976, p. 657.

⁵⁴ Marins, J., 1968, p. 115.

⁵⁵ Comblin, J. 1980, p. 526.

religiosos da paróquia apenas em tempos de necessidades sacramentais específicas: batizados, casamentos, unção dos enfermos.

Paulo Suess outra vez denuncia:

“Nossos centros pastorais, sobretudo as paróquias nas grandes cidades, são freqüentados por muitas pessoas que efetivamente não querem assumir nenhum serviço. Procuram um ombro para se encostar, um olhar atento e um ouvido aberto para contar sempre a mesma estória. Andam de paróquia em paróquia, incapazes de dar passos a serviço do outro. São ‘piedosos’ sitiadores dos nossos centros de pastoral. Às vezes a própria estrutura das paróquias favorece esta ‘mendicância emocional’”.⁵⁶

Na grande cidade a estrutura paroquial tradicional tende a mostrar-se inadequada para reunir “*os batizados em torno da Palavra e da Eucaristia e levá-los à vivência da caridade*”⁵⁷. Segundo Bratti, tudo o que caracteriza o seu instrumental religioso, os serviços que oferece, está superado e ineficiente⁵⁸. Existe uma tensão entre a tendência territorial da paróquia e a necessidade do movimento ultra paroquial, ou seja, de suas ações religiosas e sociais irem além dos limites territoriais e alcancarem as pessoas em suas situações concretas de existência. Acontece, neste entrevero, a ruptura entre ação missionária e a ação administrativa

⁵⁶ Suess, P., 1996, p. 869.

⁵⁷ Valle, R. e Pitta, M., 1994. Esta recente pesquisa demonstrou que, num universo de 2.965 paróquias em todo o Brasil, 70% das comunidades tem a maioria das celebrações dominicais dirigidas por leigos(as).

⁵⁸ Bratti, P., 1976, p. 656 cita uma antiga obra (sem referências) do Pe. Michonneau intitulada “*A Paróquia - comunidade missionária*”, na qual o autor afirma que a ação missionária paroquial não deve se restringir aos “fiéis”, mas também ir ao encontro dos “infiéis”.

paroquial. As relações da paróquia com a comunidade humana passam a ser focos de tensão e de insatisfação⁵⁹.

Diante da grandiosidade física e simbólica da cidade, a paróquia urbana ainda permanece como uma re-edição da paróquia rural. Como vimos nos Relatórios, elas ainda reúnem moradores de enormes áreas geo-físicas, portanto com uma abrangência territorial muito grande. Em muitos lugares se apresenta conservadora, restringindo sua ação a pequenas comemorações ou celebrações litúrgicas que dificilmente congregam multidões. Geralmente estas devoções ou expressões litúrgicas são preparadas de forma alheia ao rico simbolismo presente na realidade urbana⁶⁰. Seus esforços, suas preocupações mais imediatas muitas vezes não têm grande valor para a complexa e dinâmica vida da grande cidade⁶¹. Bratti afirma que “*os grandes problemas de uma cidade não se resolvem em nível de quarteirão*”⁶².

Os Relatórios que acessamos e dos quais extraímos as experiências urbanas das paróquias relatadas acima nos indicam algumas possibilidades de críticas. Notamos, nos dados apresentados, que a grande marca da interação das paróquias com a questão urbana está nos trabalhos de assistência social. A maior parte das ações urbanas das paróquias que analisamos está concentrada em serviços sociais que parecem querer suprir, por suplência, a ineficiente ação do Estado. As questões propriamente urbanas, como a presença nas associações civis, nas entidades de classe, numa ação planejada, parecem não fazer parte das preocupações religiosas e sociais da maioria das paróquias. Não conseguimos perceber a presença das paróquias nas

⁵⁹ Sartori L.M.,1973, p. 166.

⁶⁰ Comblin, J_1970, p. 810

⁶¹ Comblin, J,1970, p. 803.

⁶² Bratti P., 1976, p. 658.

questões realmente urbanas. Muitas tendem a relegar estas questões à esfera da competência das Associações de Moradores do Bairro.

Dos Relatórios das Paróquias que analisamos, pudemos notar que seus planos de ação religiosa denotam a necessidade das mesmas em estabelecerem projetos que sejam mais interessantes e adaptados às reais necessidades da sociedade urbana⁶³. Alguns outros elementos críticos ainda destacamos. A organização hierárquica paroquial, sendo de princípio estritamente territorial, embora atinja os leigos como objeto, muitas vezes não os admite como sujeitos⁶⁴ ou mesmo não reconhece o direito de se organizarem a fim de trazerem à hierarquia uma substancial colaboração⁶⁵. A paróquia tradicional é geralmente burocrática. Esta estrutura tende a isolar o sacerdote, tornando-o alguém semelhante ao funcionário de um cartório⁶⁶. Converte sua imagem social num personagem convencional, sem inserção na vida da comunidade, tamanha a sua preocupação com os aspectos formais da instituição⁶⁷. Desta forma, uma grande parcela do clero tende a sentir-se oprimida pelas estruturas que lhe fazem repetir sempre os mesmos e ritualizados gestos. Daí a frustração, a amargura e a desistência da resposta vocacional⁶⁸. Com o restante da comunidade, em nossa opinião a estrutura paroquial tende a reter os agentes religiosos, clero e leigos num conjunto de atividades predominantemente burocráticas⁶⁹.

⁶³ Comblin, J, 1991, p. 230.

⁶⁴ Sartori L. M., 1973, p. 107.

⁶⁵ Domezi, M. C., 1997, p. 226 dia Padre Godofredo Deelen, ex-sociólogo do CERIS.

⁶⁶ Bratti P., 1976, p. 656.

⁶⁷ Marins, J., 1968, p. 82.

⁶⁸ Bratti P., 1976, p. 656.

⁶⁹ Marins, J., 1968, p. 83.

Como estamos percebendo, a paróquia é um produto da história e, portanto, nada tem de imutável. Assim, consideramos que suas funções possam se diferenciar, adequando-as às singularidades e às especificidades das circunstâncias e dos tempos.

1.2) As paróquias no Brasil

O CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - concluiu no mês de julho do ano 2.000, o Levantamento Nacional das Atividades Sociais das Paróquias e Instituições Sócio-Educativas. Esta pesquisa foi iniciada em 1989, em parceria com um organismo denominado Associação das Mantenedoras das Escolas Católicas (ANAMEC). Das 8.364 paróquias existentes em todo o Brasil (veja distribuição na Tabela 2), 3.554 paróquias responderam aos questionários enviados pelo CERIS (42,5% do total). Deste total de paróquias que devolveram os questionários respondidos, 3.377 paróquias informaram que realizam 10.827 atividades sociais em dez áreas de atuação, descritas, segundo a metodologia da pesquisa, da forma como apresentamos a seguir (Tabela 3).

Tabela 2 - Distribuição das paróquias no Brasil, por Região Geográfica.

Região	Nº de paróquias no Brasil	% relativo ao total de paróquias	Nº de respostas ao Levant.	% Relativo ao nº de paróquias por Região	% Relativo ao nº total de respostas
Norte	494	5,9%	184	37,2%	5,2%
Nordeste	1.792	21,4%	568	31,7%	16,0%
Sul	1.691	20,2%	828	49,0%	23,3%
Sudeste	3.746	44,8%	1.711	45,7%	48,1%
Centro-Oeste	641	7,7%	263	41,0%	7,4%
Total	8.3064	100,0%	3.554	42,5%	100,0%

Fonte: CERIS, Ed. Loyola. 2000.

Tabela 3 - Identificação das atividades desenvolvidas, segundo as áreas sociais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES SOCIAIS
Educação	Cursos diversos: projetos educativos de reintegração (públicoalvo diversificado). Centros educativos; creches; oficinas de formação; escolas paroquiais; escolas agrícolas.
Saúde	Atendimento ambulatorial em geral: redes de alimentação alternativa; visitas hospitalares; farmácias; campanhas preventivas; distribuição de aparelhos; fitoterapia; bioenergética; atendimento direcionado às crianças, gestantes e mães.
Produção e geração de renda	Fábricas diversas, cooperativas, projetos de autosustentabilidade; oficinas produtivas; bazares.
Distribuição de remédios	Produção e distribuição de remédios caseiros.
Distribuição de produtos de higiene	Distribuição em geral.
Distribuição de roupas	Campanhas de agasalho, roupeiros paroquiais.
Distribuição de alimentos	Campanhas do quilo, dispensários, refeições.
Distribuição de material de construção	Mutirões, reformas, distribuição de material.
Assistência social	Atividades emergenciais; projetos de apoio a determinados segmentos (índios, desempregados, jovens, migrantes). Atividades de integração humana (presos, idosos); iniciativas de apoio comunitário (construção de cisternas, hortas, distribuição de sementes).
Abrigo	Abrigos, albergues, casas de repouso, alojamentos.

Fonte: CERIS, Ed. Loyola, 2.000

As 10.827 atividades sociais são realizadas pelas 3.377 (41 % do total das paróquias do Brasil). Tem-se, em média, 3 atividades sociais por paróquia. As maiores áreas de atuação das paróquias estão assim distribuídas:

- 1) Distribuição de alimentos - em 2.769 paróquias (25,6%).
- 2) Educação - em 2.194 (19,4%).
- 3) Saúde - em 1.634 paróquias (15%).

Das 10.827 atividades sociais, segundo o Relatório, 8.070 (74,5% das atividades em seu conjunto) estão diretamente ligadas a atendimentos individuais. Juntas realizam 134.439.230 atendimentos a pessoas individualmente.

Um dado relevante para nossa pesquisa denota o pouco investimento/interação das paróquias com a problemática sócio-econômica das grandes cidades: apenas 1.356.280 dos atendimentos respondem diretamente às interpelações do mundo do trabalho, às iniciativas de produção e geração de renda.

O estudo realizado aponta uma questão de grande importância para esta nossa pesquisa: qual é o impacto sócio-cultural ou sócio-econômico desta ação que muitas vezes vai mais além do universo paroquial-religioso e o reinventa? Talvez, investindo-se na busca de respostas a esta questão, poder-seá avaliar, institucionalmente, a urgente necessidade de cada vez mais as paróquias urbanas se aproximarem da realidade na qual estão imersas.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAIS DE ANÁLISE

Este capítulo traz uma fundamentação analítica sobre a questão urbana, a partir de dados da conjuntura social e econômica. A importância do seu conteúdo se justifica diante da construção do referencial teórico de análise do objeto de nossa pesquisa. Neste capítulo apresentamos a fundamentação teórica sobre a paróquia a partir de teóricos da Sociologia da Religião e de alguns teólogos. No capítulo apresentamos um estudo sobre a ação da Igreja na cidade, dando destaque à presença das estruturas comunitárias católicas urbanas.

2.1) A Sociologia aplicada à análise da paróquia urbana

Sistematizamos abaixo as principais contribuições para a análise crítica, a partir principalmente dos teóricos da Sociologia da Religião.

A sociologia da paróquia urbana é uma área de pesquisa relativamente recente no Brasil. Já na Europa, ela começou em Viena e Paris no final do século passado. Houve na Europa uma eclosão de estudos sobre esta modalidade de sociologia aplicada à paróquia nos anos 30, antes da Segunda Guerra Mundial, e outra vez nos anos 60, com repercussões na América Latina. Entre 1931 e 1933, a Sociologia da Religião surge tendo com uma das preocupações a questão religiosa do ambiente urbano⁷⁰. Le Bras, em seus Estudos de Sociologia Religiosa (citado em Benedetti), afirmou: “*é nas cidades que se forma, se desenvolve e se reforça o espírito novo, do mundo e da Igreja: a Igreja se renova e renova sua prática nas grandes cidades*”. Pioneiro na

⁷⁰ Benedetti L.R., 1994, p. 62.

análise dos aspectos subjetivos da sociologia religiosa visível na prática eclesial citadina, as posições assumidas por Le Bras instigam Benedetti⁷¹ a questionar: por que não se vive mais num mundo religioso? Num mundo no qual a explicação religiosa é a explicação total da realidade para todos os membros da sociedade?

Os estudos sobre a paróquia urbana inspiraram-se e fundamentaram-se na “Sociologia urbana”, cujos conceitos operacionais ajudaram a explicar melhor o fato da crescente ineficiência das paróquias urbanas, principalmente nas grandes cidades.

A paróquia urbana, ao longo de sua história, como já vimos anteriormente, exerceu um papel marcante no controle sócio-religioso. Quando falamos em controle, referimo-nos particularmente à questão do poder. Para Max Weber, sendo a dominação uma das formas de poder, as relações de poder transformam-se em relações de superioridade e subordinação. Para Weber, dois são os fatores necessários para transformar o poder em dominação: a legitimação e a organização. Segundo Weber⁷², as Igrejas são agrupamentos religiosos de dominação que têm a necessidade da fé de seus membros para sua legitimidade.

Servem para a administração dos bens religiosos de salvação. A paróquia, como entidade sociológica, tem se convertido ao longo de sua história em uma das estruturas de dominação presentes na sociedade e que administram os bens de salvação. Tende, muitas vezes, a se confundir com um complexo burocratizante e centralizador. Através da burocratização, os fiéis, em sua relação com o sagrado, passam a depender da ação religiosa de um corpo de especialistas.

Segundo Pierre Bourdieu,

⁷¹ Benedetti L.R., 1994, p. 64.

⁷² In: Nunes, M.J.F.R., 1998, p. 4.

“Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção e à reprodução de um “corpus” deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam, por essa razão, em leigos (ou profanos no duplo sentido do termo), destituídos de capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem como tal”⁷³.

A paróquia tende a ser o espaço onde se legitima o poder sagrado conferido a um corpo de especialistas (o clero) distinto do corpo de fiéis (leigos), sendo que estes conferem àqueles (muitas vezes por desconhecimento) a legitimidade no exercício de seu poder simbólico.

O conceito de igreja para Pierre Bourdieu⁷⁴, como uma “*empresa de salvação*”, pode também, em nossa opinião, ser aplicado às estruturas da própria igreja, a exemplo da paróquia. A autoridade religiosa é aquela que detém

e conserva o monopólio de um poder simbólico resguardado pela aptidão que a instituição julga ter para fazer com que os fiéis reconheçam a legitimidade deste poder⁷⁵.

Em nossa opinião, esta concentração do capital religioso, como expressa Bourdieu, é reforçada quando a Igreja, organizada a partir de uma complexa hierarquia, utiliza

⁷³ Bourdieu, P., 1998, p. 39.

⁷⁴ Para Pierre Bourdieu, a religião, enquanto um conjunto de práticas e representações revestidas do sagrado, é também linguagem, é um sistema simbólico de comunicação e de pensamento. As interações simbólicas que se dão em âmbito religioso estão relacionadas com uma dada sociedade, buscando a ordenação lógica de seu mundo natural e social, integrando-os num cosmos que lhes dá um sentido sagrado.

⁷⁵ Bourdieu, P., 1998, p. 61. Como se trata de um resumo das idéias do autor, doravante não mais utilizaremos citações de rodapé a fim de evitarmos repetições que consideramos desnecessárias. Remetemos à obra do autor, cujas referências encontram-se ao final desta dissertação.

uma linguagem quase que totalmente desconhecida por parte dos fiéis. Assim, em nossa análise, consegue deter o acesso ao culto, aos textos sagrados, à prática sacramental. Foi exatamente isto o que aconteceu em caso extremo quando a Igreja Católica impôs a latinização do culto como linguagem e expressão que deveria ser mundialmente utilizada. O povo, permanecendo alheio ao significado claro das expressões utilizadas no culto, não era integrado na participação litúrgica e, portanto, alheio à comunicação com o sagrado de forma direta.

Pierre Bourdieu considera que a forma como funciona a Igreja, a prática sacerdotal e o conteúdo da mensagem que ela impõe são resultantes da ação conjugada de coerções internas, inerentes ao funcionamento de uma burocracia (que reivindica o monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão dos bens de salvação) e de forças externas. O que Pierre Bourdieu chama de coerções internas pode ser exemplificado no papel de suplência exercido por funcionários do culto. O conflito se estabelece quando se opõem, internamente, os ministros funcionários do culto e, externamente, as forças advindas do poder de influência dos leigos. Estes pretendem, segundo Bourdieu, impor à Igreja que lhes faça mais concessões. Outro fator externo é a concorrência com as seitas proféticas consideradas heréticas que tendem a enfraquecer o poder coercitivo da Igreja. Na verdade isto se comprova na história quando observamos que a paróquia jurídica se consolidou após conflitos que tiveram a finalidade de diminuir o poder dos senhores feudais sobre o controle dos bens eclesiásticos, que passaram a ser administrados pelas paróquias e mosteiros.

Nesta dissertação estamos fazendo nossa análise da instituição a partir de dois campos de análise: o campo interno e externo. O interno enquanto estamos desvelando o funcionamento em si do modelo paroquial e externo na medida em que trabalhamos o tema central desta pesquisa que é a interação das estruturas comunitárias católicas com a cidade. O campo interno refere-se ao conjunto das atividades que a paróquia desenvolve no seu interior, sua

estrutura de serviços eminentemente religiosos. O campo externo, para efeito de nossa pesquisa, refere-se ao conjunto das atividades assumidas pela paróquia na sociedade na qual está inserida.

Externamente os conflitos se dão entre os especialistas e os grupos e classes sociais que “consomem” os bens religiosos. As relações internas visam a conquista do campo religioso e o seu monopólio. As transações externas com os leigos que estão fora do campo propriamente religioso visam satisfazer seus interesses religiosos e, por conseguinte, garantir a posição dos “especialistas” na estrutura social⁷⁶.

A instituição paroquial tal como hoje é configurada, como algo homogêneo, como uma estrutura que se apresenta uniforme nos diversos lugares geográficos onde a Igreja Católica está presente, pode ser também amplamente criticada quando Bourdieu diz que por detrás das aparências de unidade dissimula-se a diversidade das experiências religiosas no meio do povo.

A paróquia, enquanto estrutura do campo religioso católico, tem por função a satisfação dos interesses religiosos dos leigos que esperam dos agentes religiosos a realização de ações mágicas que garantam uma longa vida na terra, segundo Bourdieu.

Max Weber considera a paróquia como algo distinto das associações políticas ou econômicas. Considera que a paróquia é um distrito administrativo que tem como função a delimitação das competências dos sacerdotes. Weber considera que a paróquia, enquanto algo distinto da “*comunidade mundana*”⁷⁷ e que possui um caráter político ou econômico, elemento que faltava à religiosidade chinesa, à Índia antiga e também à religião hinduísta. Weber analisa as

⁷⁶ Oliveira, P.A.R. da 1997, p. 112-118.

⁷⁷ Weber, M., 1991, p. 314. Como se trata de um resumo das idéias do autor, doravante não mais utilizaremos citações de rodapé a fim de evitarmos repetições que consideramos desnecessárias. Remetemos à obra do autor, cujas referências encontram-se ao final desta dissertação.

relações de caráter intra-eclesial. Afirma que, como conseqüência do desenvolvimento de uma autêntica religiosidade congregacional de grande alcance, dentro da paróquia a relação entre sacerdotes e leigos assume importância decisiva para a atuação prática da religiosidade. Ou seja, quanto mais congregacional for o caráter da organização paroquial, tanto mais a posição de poder dos sacerdotes enfrenta o imperativo de ter em conta as necessidades dos leigos, no interesse da conservação e propagação do grupo de adeptos. O que está em jogo, segundo Weber, é que o saber sagrado, estando concentrado em forma de tradição literária, pode ser interpretada exclusivamente pelos sacerdotes mediante os dogmas. Aos sacerdotes cabe a tarefa de administrar a graça, obedientes a três princípios elucidados por Weber. O primeiro princípio é que *extra ecclesiam nula salus*. Ou seja, somente pela pertença à instituição administradora da graça é que se pode obtê-la. O segundo princípio refere-se à força do cargo sacerdotal, que é legalmente conferido e que depende unicamente da qualificação pessoal e carismática do sacerdote, sendo esta força sacerdotal o elemento decisivo para a eficácia da administração da graça. O terceiro princípio que norteia a tarefa de administração da graça é que a qualificação religiosa do necessitado de salvação é, em princípio, sem importância diante do poder administrador de graça do cargo. A salvação é, portanto, universal e acessível não apenas aos virtuosos religiosos, desde que estes façam adesão à instituição.

Segundo nossa análise, para Max Weber a paróquia é o território onde se confrontam, de um lado, a demanda religiosa dos leigos e, de outro, os interesses da classe sacerdotal. Weber considera que o papel legitimador da religião, próprio das classes privilegiadas, encontra nas grandes burocracias o grau máximo de realização. A burocracia - diz Weber⁷⁸ - é caracterizada por um desprezo à religiosidade irracional e pode ser utilizada como um

⁷⁸ Citado em Bourdieu, P., 1998, p. 87-88.

meio de domesticação. Assim foi e continua sendo o papel burocratizante da paróquia que se tomou, ao longo da história algo mais próximo de um cartório religioso do que propriamente uma comunidade weberiana de salvação (*comunidades emocionais*, utilizando aqui uma expressão encontrada nas obras de Antoniazzi), segundo nosso parecer.

Émile Durkheim, no clássico *As formas elementares de vida religiosa*, define a categoria Igreja como sendo uma sociedade cujos membros estão unidos pelo fato de conceberem da mesma maneira o mundo sagrado e suas relações com o mundo profano. Portanto, a própria concepção de Igreja no sentido durkheiminiano pressupõe uma inegável interação com uma realidade circundante.

Durkheim trabalha a noção de paróquia como sendo as “*igrejas restritas*”, ou seja, são como quê “*capelas de uma Igreja mais vasta*”. Segundo nossa análise, a noção de paróquia territorial está diretamente relacionada ao conceito de *representação espacial* em Durkheim. Este tipo de representação constitui, segundo o autor, numa primeira tentativa de dar uma ordenação aos dados da experiência sensível.

A paróquia, no seu sentido social, pode ser analisada como sendo esta expressão coletiva de tentativa de organização das experiências religiosas, circunscritas num determinado território. É no interior das paróquias que se manifesta coletivamente a experiência religiosa.

O sociólogo Joseph Fichter⁷⁹ constata que no ambiente urbano o sentimento de pertença a uma comunidade formada somente sob a base territorial tem desaparecido quase que totalmente. A paróquia tem se convertido em um tipo de estrutura associativa secundária.

⁷⁹ Fichter, J., 1967, p.153. Como se trata de um resumo das idéias do autor, doravante não mais utilizaremos citações de rodapé a fim de evitarmos repetições que consideramos desnecessárias. Remetemos à obra do autor, cujas referências encontram-se ao final desta dissertação.

Tornou-se como empresas que parecem disputar a clientela e os ministros que as dirigem (os párocos) são considerados como simples funcionários anônimos no meio da grande cidade. Os fiéis somente eventualmente ou casualmente se relacionam com os ministros. As distintas conceituações propostas por Fichter sobre a paróquia urbana coincidem com uma detalhada subdivisão estabelecida pelo Código de Direito Canônico de 1918: paróquias e semi-paróquias; territoriais e pessoais; seculares e religiosas; incorporadas ou independentes. À Sociologia da Religião, entretanto, cabe sobretudo analisar a forma como se dão as relações sociais no âmbito da paróquia. A seguir colocaremos algumas considerações apresentadas por Fichter, numa tentativa de abordar as diversas relações sociais na paróquia dentro do específico contexto urbano. Segundo Fichter, a paróquia pode ser analisada segundo a tipologia que se segue.

Enquanto *Corporação legal* as paróquias urbanas têm como objetivo a guarda e a administração dos bens móveis e imóveis necessários às suas finalidades religiosas em benefício de todos aqueles que compõem a corporação. Para as leis civis aqueles que dirigem a corporação são os representantes civis legais da paróquia.

Podemos analisar a paróquia também como uma Associação imposta, já que as condições previstas para a sua existência são ditadas pelas normas canônicas. A pertença à paróquia não é objeto de escolha dos leigos, mas determinada pela localização destes num determinado limite territorial. Outro aspecto que reforça o caráter imposto da associação paroquial está em que os seus objetivos de ação são determinados de forma linear a toda a comunidade local. Portanto, quando os fiéis se reúnem para desenvolver suas atividades específicas, estes devem seguir as normas gerais estabelecidas pela autoridade hierárquica. Como uma *Associação institucionalizada*, cada paróquia é um fenômeno social único. A rede de relações de cada paróquia está institucionalizada em um plano local, construída por uma população específica, em determinado território de uma cidade determinada. O sistema paroquial

pode ser considerado como um produto institucionalizado por seus próprios membros. O Sociólogo da Religião que se propõe estudar um grupo religioso específico, segundo Fichter, não pode se dar por satisfeito ao considerar a teologia como sendo o único fundamento da adesão e da união entre os membros de uma paróquia.

Podemos analisar a paróquia também enquanto *Grupo comunitário*, constituído por um certo número de pessoas, unidas por laços de fé em torno de certos valores religiosos. O elemento central da estrutura de um grupo é o fator religioso, as crenças do grupo. A paróquia é como uma grande família através da qual os membros se acham unidos, como uma comunidade de interesses morais. Fichter afirma que este “espírito de grupo” é mais visível entre os grupos menores, nas pequenas comunidades, haja vista que nas grandes paróquias urbanas a grande maioria dos fiéis consideram-nas como uma espécie de estação de serviço” que satisfaz suas necessidades de ordem religiosa. É possível também analisarmos a paróquia como um *Complexo de sub-grupos*, cada qual com seus objetivos específicos, desenvolvendo suas atividades determinadas com as pessoas que ali se integram e participam. Os objetivos de cada sub-grupo devem estar de acordo com os objetivos gerais da paróquia: a santificação e a salvação das almas. Entretanto, as suas finalidades imediatas dependem da especificidade de cada grupo. Estas “sociedades paroquiais” podem classificar-se em diversos grupos, reunidos de acordo com critérios os mais diversos como a idade, sexo, estado civil, objetivos, etc.. Exemplos destas sociedades paroquiais são os grupos litúrgicos, os grupos sócio-espirituais, os grupos educativos, os grupos beneficentes e os grupos recreativos.

E, por fim, a paróquia também pode ser estudada como um *complexo de relações familiares*. Na paróquia todos os membros de uma família participam juntos em alguns momentos como o culto, mas isto não se verifica nos outros serviços religiosos, já que cada qual se integra em grupos diferentes que atendam aos seus interesses específicos.

Até aqui expusemos o arcabouço teórico construído a partir de alguns dos autores clássicos da Sociologia da Religião. Passaremos, em seguida, a tecer outras considerações analíticas a partir de outros autores.

Um problema que salta aos olhos dos agentes religiosos⁸⁰ está na maneira como as instituições acolhem as críticas à grande cidade, ainda que admitam que as grandes cidades ofereçam aos indivíduos possibilidades de desenvolvimento que eram praticamente impossíveis às sociedades agrárias. A raiz destes problemas está na experiência do anonimato que as pessoas vivem nas cidades. As constatações críticas são as mais diversas: a cidade cultiva o isolamento, dissolve vínculos familiares e de vizinhança, gerando uma angústia em seus cidadãos. Associa-se esta ação da cidade sobre as pessoas como fator que colabora na desagregação da comunidade paroquial, ressaltando que existem formas de vida comunitária que não resistem à “ação dissolvente” das grandes cidades e que estas formas comunitárias herdaram sobremaneira características do mundo rural.

Cipolini afirma que “cresce a percepção de que a realidade urbana fragmentada passa a exigir uma ação pastoral complexa, que seria melhor denominada de pastoral das cidades”⁸¹. E um dos grandes desafios que a paróquia tem a enfrentar no meio urbano se refere à diversidade e à complexidade presentes na cidade, em razão do pluralismo cultural. Diferentemente do meio rural, onde o contexto cultural é relativamente homogêneo, a paróquia é interpelada a enfrentar a diversidade de alternativas oferecidas no meio urbano, que escondem, muitas vezes, riqueza e contradição.

⁸⁰ Comblin, J., 1991, p. 166.

⁸¹ Cipolini, P. C., 1995, p. 591.

O *campo religioso* urbano também se apresenta como diversificado. Este busca por movimentos eclesiais⁸² ou instituições religiosas que respondam às suas necessidades religiosas básicas. E a Igreja Católica é vista apenas como uma das inúmeras instituições religiosas que podem ser buscadas em vista da resposta a estas aspirações. A pessoa recém-urbanizada tateia entre diferentes expressões culturais e religiosas. O processo de urbanização marca a competição entre diversas *agências religiosas*. Diversas formas de pertença e atuação religiosa coexistem ao lado do catolicismo - religião culturalmente predominante. Tais práticas⁸³ são geralmente interpretadas como compensatórias das insatisfações e frustrações na inserção na vida da cidade e constituem uma adaptação dos elementos provindos do catolicismo tradicional. A modernização e a secularização tendem a suprimir a institucionalização da religião, pondo em evidência a oposição entre a *religião tradicional* e a *religião internalizada*. A *religião tradicional* é aquela que é recebida como uma herança cultural da família. Já a *religião internalizada* é aquela que pode ser objeto da livre escolha do indivíduo moderno, urbano⁸⁴. Converte a forma tradicional (catolicismo) em novas religiões, nas quais a pessoa busca outras formas de expressão da religião tradicional⁸⁵.

Algumas tensões internas a paróquia urbana é interpelada a enfrentar, entre elas no que se refere à tensão entre os elementos sociais e religiosos urbanos e rurais e que marcam

⁸² Quando a CNBB ou o CELAM-Conferência Episcopal Latino-americanase referem aos "movimentos", querem tratar de grupos com carismas específicos dentro da comunidade eclesial. Exemplos destes são a Renovação Carismática Católica, o Apostolado da Oração, a Obra Kolping do Brasil, a Legião de Maria, o Movimento Focolare, entre outros. Estima-se a existência de mais de 60 tipos deles somente no Brasil. A maioria são transnacionais e muitos seguem, em cada nação, orientações estabelecidas em nível mundial. Comblin, J., 1999, p. 530 faz uma análise afirmando que os movimentos nasceram todos no Primeiro Mundo, assinalando que a classe média que a eles aderiu se identifica culturalmente com o Primeiro Mundo, mais do que com o seu próprio povo.

⁸³ CNBB, 1986, p. 190, para se obter maiores informações.

⁸⁴ Antoniazzi, A., 1997, p. 44.

profundamente a construção de tipos de mentalidades diferentes que podem coexistir no interior da paróquia urbana. A prática religiosa na paróquia, além de ser manifestação de fé, pode ser também manifestação de determinadas necessidades sociais (como, por exemplo, proteção e status social).

As estruturas eclesiais geralmente consideram a vizinhança geográfica como o único fator a determinar o relacionamento entre as pessoas. No atual quadro urbano, porém, há uma tal complexidade de relacionamentos provocada pela intensa mobilidade e especialização profissional da grande cidade (conduta atomizante, na linguagem de Cipolini⁸⁶). Muitas vezes a proximidade local é o fator menos determinante de aproximação das pessoas e da constituição de formas estáveis de relacionamento⁸⁷. O contato com as pessoas no trabalho profissional, no lazer, nas atividades culturais e sociais, etc., oferece maiores chances de convivência.

Ambrosio⁸⁸ faz uma retrospectiva histórica, afirmando que a paróquia nasceu dentro de um contexto rural, para satisfazer exigências religiosas de um povo que vivia basicamente no campo. Sociologicamente, desde os anos 50 a paróquia tem se configurado homogênea, já que ainda responde às exigências religiosas do contexto rural. O autor afirma que esta caracterização prevaleceu até quando a demanda religiosa do meio urbano reclamou uma distribuição mais racional dos serviços de culto na cidade. O autor ainda considera que as paróquias urbanas enfrentam o problema da indiferença religiosa na sua relação com a grande

⁸⁵ Martelli, S., 1995, conEtitui uma importante obra para esta análise.

⁸⁶ Cipolini, P. C., 1995, p. 594.

⁸⁷ Teixeira, N.C., 1994, p. 142.

⁸⁸ Ambrosio, G., 1989, p. 39. O texto que se segue constitui um resumo das idéias do autor e podem ser encontradas no intervalo das páginas 37 a 68 da referida obra.

cidade e que o anticlericalismo urbano se dá em razão de que a mesma permanece indiferente perante a classe operária urbana. Existe na atualidade, segundo o autor, uma divisão entre o que significa “paróquia legal” e “paróquia real”. Considerar esta divisão conduz necessariamente a uma reflexão sobre a natureza de toda a Igreja e, por conseqüência, das paróquias. Elas devem, segundo os autores, repensar a própria missão e a própria função. Cita quatro grandes desafios que a paróquia na atualidade tem a enfrentar no seio da sociedade urbana: o imobilismo, a secularização, a desfuncionalização e a despolarização freqüentemente encontrados nos movimentos sociais. A paróquia apresenta algumas tensões sociológicas entre clero e leigos, unidade e pluralidade, paróquia e mundo urbano, entre sagrado e profano. Tipologicamente, o autor agrupa as paróquias segundo o critério do diálogo interno: as paróquias que não cuidam do diálogo entre fiéis e clero; as paróquias que realizam o diálogo de maneira errada. Este segundo tipo agrupa os leigos, o clero e os religiosos de maneira que todos possam discutir os problemas que interessam à vida interna da paróquia. O autor afirma que na atualidade a Igreja na Itália tem dificuldade em implantar este modelo diante da persistência da mentalidade verticalista e hierárquica fortemente marcantes.

Piersandro Vanzan e Angelo Auletta⁸⁹ propõem uma outra discussão que busca compreender sobretudo as diversas tensões que afligem a realidade paroquial, bem como o problema histórico que originou sua instituição, a questão do patrimônio paroquial e o problema da moderna situação religiosa é sócio-cultural. A instituição da paróquia, segundo os autores, confunde-se com a própria institucionalização da vida cristã através da Igreja. Entretanto, as tensões vividas hoje pela paróquia não podem ser medidas com os mesmos instrumentos de

⁸⁹ Vanzan, P. e Auletta, A., 1998, p. 53. O texto que se segue constitui um resumo das idéias dos autores e podem ser encontradas no intervalo das páginas 52 a 83 da referida obra.

outros períodos da história. Os autores argumentam que a paróquia permanece atualmente em situação de *marginalidade estrutural* dentro do contexto sócio-cultural moderno. No contexto social tradicional a paróquia possui elementos que constituem e que se confundem com a existência social cotidiana, já que as sociedades tradicionais se concebem como algo orgânico, integrado, unitário e hierárquico. Diante da modernidade prevalecem as distinções entre vida comunitária e a contínua busca de grupos que respondem a interesses pessoais e particulares. Na visão dos autores, a Sociologia da Religião do pós-guerra é basicamente uma “sociologia urbana” ou uma “sociologia paroquial”. A paróquia, como instituição social tenta responder às demandas religiosas tradicionais, como, por exemplo, as celebrações, as procissões, etc, e como grupo social mostra-se sensível ao homem moderno, interagindo e comunicando, buscando uma maior autenticidade e responsabilidade. A sociologia da paróquia, segundo os autores, projeta a superação da tendência que a paróquia urbana tem ao isolamento através da integração da estrutura paroquial tradicional, de caráter territorial com o conjunto de toda a comunidade urbana que não necessariamente está ligada pelo elemento territorial. Os autores defendem que, diante das transformações sociais às quais a Sociologia da Religião está atenta, o “princípio paroquial” deve ser revisto radicalmente. Por fim, os autores discutem que a paróquia está imersa numa sociedade que não é paroquial. Afirmam que a herança tridentina que marcou a relação entre Igreja e Sociedade e que fez reforçar a existência das paróquias está fortemente superada com a passagem do “antigo” para o “moderno”. A relativização da paróquia enquanto único espaço de pertença eclesial é questionada tendo como base a progressiva diferenciação interna dentro do campo eclesial.

Stragliotto⁹⁰ afirma que um dos “dramas” da paróquia é que ela “tem fiéis, fregueses, pessoas que buscam sacramentos, bênçãos, encomendações etc, como buscam ‘passes’, ‘despachos’, ‘serviços’ em outras entidades ou organizações”. O autor chega a afirmar que a paróquia “não evangeliza nem catequiza no verdadeiro sentido da palavra”, já que é considerada uma realidade mais jurídica que religiosa.

2.2) A estrutura paroquial no contexto urbano

2.2.1) Aspectos interpelativos da realidade social

Este item está intrinsecamente relacionado com o que propomos nesta dissertação, quando questionamos no capítulo introdutório quais os desafios do mundo urbano e quais as necessidades religiosas da população urbana que interpelam mais fortemente a paróquia. Portanto, este conjunto de dados vai de encontro à tentativa de respondermos a estas questões.

A estrutura paroquial está também imersa no contexto urbano. Mas, afinal, o que significa este contexto? O que o caracteriza? Qual a sua configuração? Neste item apresentamos alguns indicadores estruturais que estão presentes na cidade moderna⁹¹ e que consideramos importantes para uma caracterização do espaço geo-histórico-cultural no qual a Igreja está inserida. O propósito de colocarmos estas discussões está em que nos subsidiará na formação de um referencial para a análise da paróquia neste contexto urbano.

⁹⁰ Stragliotto, O.J., 1977, p.250.

⁹¹ In: Caliman, C. e Antoniazzi, A., 1994, p. 56-60.

No que se refere aos aspectos econômicos⁹², observa-se nas grandes cidades a presença da economia informal, que apesar da ausência de dados a respeito, notamos que cresce de forma desordenada e acelerada. Notase a expansão de cortiços e favelas, ampliando as zonas sem infra-estrutura mínima, bem como uma revalorização de centros históricos em algumas capitais e a ampliação do número de condomínios fechados por motivos de segurança. Expandem-se os shoppings e supermercados, o que leva à valorização de certas áreas e com efeitos sobre o pequeno e médio comércio. Na cidade observa-se uma “invasão” das redes internacionais de “fast-food”, mudando hábitos e costumes. Surgem serviços especializados que alteram o estilo de vida urbana⁹³.

Politicamente, com a Constituição de 1988, observa-se que foi conferida uma maior autonomia aos municípios. Diversas iniciativas de gestão descentralizada foram tentadas através da criação de subprefeitura, estimulando novas formas de poder local, com a atuação dos conselhos de representantes, formados por populares. Assim em algumas paróquias há a atuação de alguns paroquianos nos Conselhos Municipais de Saúde e de Segurança. Por outro lado, constata-se o aumento da insegurança geral e dificuldades nas relações da população com a polícia, descrença nas instituições e nos políticos, gerando apatia e não-participação e o inegável papel da mídia na formação da opinião pública.

⁹² Os dados da realidade social que se seguem foram extraídos de um subsídio elaborado a partir das conclusões do 2º Encontro da Dimensão Bíblico-Catequética da CNBB, acontecido em São José dos Campos (SP), de 04 a 06 de setembro/1992.

⁹³ Consideramos importante a reflexão elaborada por Oliveira, P.A.R. de 1997, p. 157 numa nota de rodapé: "as organizações em rede tornam-se cada vez mais freqüentes: há redes de rádio, tv e computadores; redes de estabelecimentos comerciais de tipo franquia e as que articulam grupos ecológicos, de Direitos Humanos e movimentos populares. Em todas elas há uma unidade vinculada ao conjunto, sendo auto-governada e auto-sustentada, pode articular-se a outras numa atividade ou projeto de interesse comum". Ainda segundo Oliveira, P.A.R. de (1997), foi Leonardo Boff, retomado posteriormente por Luiz Gomes de Souza, quem trabalhou primeiramente a articulação das Comunidades em Rede.

Nos aspectos sociais, constata-se a queda no atendimento; crise dos hospitais; aumento de doenças (cólera, AIDS, mentais, stress, etc.) e mortalidade infantil; consumo de drogas; aumento do desemprego e subemprego e o conseqüente aumento da população de rua oriunda também da migração rural; mudanças na qualificação para o trabalho (robótica, informática, etc); queda de qualidade do ensino público e expansão do ensino privado comercial; tempo perdido no trânsito; poluição de rios e córregos; tratamento do lixo; aumento da violência e da criminalidade, com destaque para os crimes contra as crianças (grupos de extermínio); surgimento de gangues nas periferias; certas regiões citadinas sob o controle de grupos armados.

Um dos fatores culturais mais constatado nas cidades é a ampliação do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa, tanto com um modelo de informação dirigida a interesses específicos, quanto pela sonegação de informações. Os meios de comunicação atuam na formação do imaginário social, divulgando valores e costumes. Há na cidade uma complexidade no entendimento do que seja pluralismo, direito à diferença e valorização dos direitos humanos. O uso do tempo para o lazer leva a concebê-lo como mercadoria.

No âmbito religioso, a análise conjuntural da cidade aponta para a emergência de novas relações entre secularização e religião, com o surgimento de seitas e religiões populares, misticismo, procura do sagrado.

Este é o quadro que se apresenta à organização comunitária paroquial. Com quais serviços e com quais estruturas a mesma deverá contar para ser resposta mais adequada a esta realidade? Vejamos agora a questão religiosa urbana, que vai ajudando a tecer o quadro de análise que nos impelirá, mais adiante, a projetarmos prospectivamente a forma de inserção e de resposta mais eficaz para a paróquia no mundo urbano.

2.2.2) As interações sociais urbanas

Desde as origens, os homens projetaram sobre a cidade uma concepção do cosmos e do lugar que o ser humano nele ocupa⁹⁴. A cidade – ou os agrupamentos de vida comunitária - exerce, sobre homens e mulheres de todos os tempos, fascínios e medos os mais variados. Atualmente, milhares de pessoas, particularmente no chamado “terceiro mundo”, são irresistivelmente arrastadas pelas promessas que a civilização citadina oferece.

Ao chegar às cidades, entretanto, estas possuem imensas dificuldades em acolhê-las, mantendo os privilégios de uma minoria. Daí resulta, diretamente, como conseqüência, os grandes amontoados humanos que vão se formando e impedindo o desenvolvimento integral da pessoa humana⁹⁵.

Desde que se produziu na humanidade há cerca de 6 ou 7 mil anos atrás aquilo que se convencionou chamar de *revolução urbana*, o movimento de concentração nas cidades só tem crescido. Aldous Huxley, em seu clássico *Admirável Mundo Novo*⁹⁶, monta todo o cenário para o desenrolar do seu enredo ficcionista numa cidade. O gosto pela vida nas cidades tem desafiado sociólogos e urbanistas, mesmo que as pessoas se defrontem diariamente com os males e com os desafios de nelas se viver. Comblin, inclusive, assinala que a cidade é a “*encarnação de todos os sinais dos nossos tempos*”⁹⁷: ciência, técnica, indústria, socialização, democracia, liberdade, etc. Max Weber⁹⁸ atribuiu aos municípios medievais uma grande importância para a

⁹⁴ Comblin, J., 1991, p. 20.

⁹⁵ Comblin, J., 1991, p. 57.

⁹⁶ Huxley, A., 1982. 250p.

⁹⁷ Comblin, J., 1991, p. 17.

⁹⁸ Max Weber, citado, sem referências, em Comblin, J., 1991, p. 18.

formação da mentalidade urbana e das instituições políticas contemporâneas, bem como o advento de uma sociedade livre: as cidades liberam os indivíduos das pressões da família, dos costumes e tradições locais.

Comblin, analisando os dados da concentração urbana, afirma que em 1800 não chegavam a 50 o número das cidades que possuíam mais de 100.000 habitantes ou seja, menos de 2% da população mundial. Atualmente, as 900 cidades com mais de 100 mil habitantes representam a oitava parte de uma população três vezes maior. Afirma Antoniazzi⁹⁹ que *“dois terços da população atual do mundo vive em aglomerados de mais de 5.000 habitantes, em contraste com 3% em 1800. O processo de urbanização massiva do mundo é rápido nos países em via de desenvolvimento”*. A população rural, segundo dados do IBGE (citados por Antoniazzi), decresceu, de 55,1 % em 1960, para 32,5% em 1980. Os dados são irrefutáveis: o processo de urbanização é veloz. Em 1940 aproximadamente 13 milhões de brasileiros viviam nas cidades. Em 1991, éramos cerca de 110 milhões de cidadãos. Comparando com os dados da realidade rural, no mesmo período a população daquele meio oscilou entre 30 e 40 milhões, mantendo-se quase estável. Muitos dos que atualmente vivem nas cidade estão fortemente marcados por uma concepção sociológica predominantemente rural¹⁰⁰. Já em 1960, a pesquisa empreendida pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais constatou que 44% dos seminaristas eram filhos de pais agricultores. Sem dúvida, o meio rural era o que mais proporcionava vocações religiosas e sacerdotais para a Igreja Católica¹⁰¹.

⁹⁹ Antoniazzi, A., 1983, p. 23-39.

¹⁰⁰ Antoniazzi, A., 1994, p. 81.

¹⁰¹ Amado, W.T., 1996, p. 74.

A história nos demonstra que as cidades não nasceram simplesmente com a evolução das aldeias ou com a ampliação de comunidades de vida elementar, como são as comunidades rurais. O que diferencia a cidade é a especialização dos ofícios e das profissões. Quando a Revolução Urbana começou, a cidade já estava constituída em seus fatores mais primordiais¹⁰². A história das cidades é coincidente com a história da busca do homem pela liberdade - foi nas cidades que se concebeu o ideal de liberdade¹⁰³. A atração que as pessoas têm pela cidade está na esperança de uma liberdade que se apresenta como possível. As pessoas não vêm à cidade apenas em busca de trabalho, como se costuma dizer, mas em busca de liberdade¹⁰⁴. Nas cidades se desenvolveu tecnicamente a história da humanidade em direção a uma nova liberdade que, de um lado, pode ser interpretada como diferenciação perante o outro, mas também como uma aspiração dirigida no sentido da autonomia do pensamento e do agir¹⁰⁵. A falta de humanização acaba estando presente também no fenômeno da urbanização. Paradoxalmente a liberdade na cidade parece ameaçada continuamente. Inicialmente, a liberdade da cidade era equiparada à liberdade de pensamento. Os primeiros passos em direção à libertação da tutela feudal e clerical deram-se nas cidades¹⁰⁶. As cidades foram se tornando não apenas áreas de liberdade pura e simplesmente, mas de uma liberdade historicamente nova: a liberdade dos cidadãos¹⁰⁷. Há também, contrariamente, nos aglomerados, a abolição de muitas liberdades

¹⁰² Comblin, J., 1991, p. 68.

¹⁰³ Comblin, J., 1998 traz uma excelente, ampla e aprofundada reflexão histórica sobre a busca da liberdade ao longo da trajetória humana.

¹⁰⁴ Comblin, J., 1991, p. 174.

¹⁰⁵ Cox, H., 1971, p. 20.

¹⁰⁶ Cox, H., 1971, p. 10.

¹⁰⁷ Comblin, J., 1998, p. 133.

humanas e o nascimento de novos privilégios. A cidade parece sempre ter sido o lugar no qual se cruzavam e se completavam interesses individuais e públicos. As cidades refletem muito vivamente uma organização do corpo social em camadas e classes.

A cidade não é uma associação onde prevaleçam os laços sanguíneos. A característica mais predominante é a da colaboração econômica. O desenvolvimento das cidades está estreitamente associado à presença do Estado, que concentra nelas o seu aparato burocrático, os seus recursos e exerce sobre os cidadãos uma pressão moral. Com a cidade aparece a propriedade privada e pessoal. É na cidade que o indivíduo encontra bens que pode comprar ou vender. É na cidade que os terrenos se separam de seus proprietários tradicionais¹⁰⁸. Com a criação das cidades apareceu também a necessidade do controle do tempo, agora demarcado: horas, semanas, meses, dias, pontos de referência padronizados. A grande cidade, a metrópole, instituiu novo modo de vida individual e social, sobretudo após a supremacia da sociedade rural até o século XIX. O fenômeno da urbanização representa o advento de um estilo de vida, uma revolução social. Na análise de Comblin¹⁰⁹, trata-se de “*verdadeira revolução de mentalidades e de condutas, que os sociólogos se interessam em descrever*”. Será necessário vencer as rotulações impregnadas no estilo de vida urbano, se quisermos encontrar coletivamente o sentido da vida numa grande cidade.

As cidades representam uma acumulação, um aglomerado de residências, fábricas, lanchonetes, indústrias de diversão de toda espécie. A antiga cidade, altamente integrada se decompôs em vários setores de trabalho e de vida. A cidade convencional foi desintegrada por dois processos divergentes: de um lado a explosão demográfica e, de outro lado, a contração

¹⁰⁸ Comblin, J., 1991, p. 72.

¹⁰⁹ Comblin, J., 1992, p. 167.

populacional. A migração para as grandes metrópoles continua ininterruptamente por todo o mundo e as cidades vão abrigando homens e mulheres de todas as situações de vida. A tarefa fundamental da Sociologia Urbana “*permanece na criação de relações humanas suportáveis. Os espaços nos quais convivem seres humanos, influenciam sem dúvida o sucesso ou o fracasso, porém não os causam*”¹¹⁰. A vida urbana oferece um quadro mais variado de empregos, possibilidades de formação e cultura, de bens, de mercadorias e serviços, de encontro e intercâmbio, de diferenciação e desenvolvimento de capacidades.

Como se pode notar, variadas podem ser as abordagens sobre como o processo de urbanização se deu nas sociedades modernas. As ciências sociais e humanas analisam a questão a partir de diversos paradigmas, reconhecendo as contribuições que as correntes oferecem ao aprofundamento desta problemática. O holismo, o funcionalismo, o marxismo e suas concepções tentam elaborar, cada qual com seu instrumental próprio, as chamadas teorias urbanísticas. Todas elas têm como preocupação básica a elucidação das relações entre a realidade rural e a realidade urbana. Não resta dúvida que para entendermos a presença de cada cidade neste processo de urbanização será necessário irmos ao encontro das questões de natureza histórica, bem como identificarmos os componentes estruturais e conjunturais, destacando as características físico-espaciais, origem, economia, política, forças sociais que atuam em cada cidade. Os sociólogos americanos definem as características da sociedade urbana coincidentes com as características da civilização contemporânea: “*a sociedade urbana é a sociedade industrial, científica, técnica, especializada, numa palavra a sociedade civilizada*”¹¹¹.

¹¹⁰ Cox, H., 1971, p. 51.

¹¹¹ Comblin, J., 1991, p. 11.

Comblin¹¹² descreve a desintegração por que passam as famílias de origem rural no contato com o ambiente urbano. Os vínculos de família, de vizinhança não desaparecem na vida metropolitana. Apenas assumem novas formas e a esta realidade as pessoas vão sendo acostumadas. Os vínculos deixam de ter um caráter totalitário, como era presente na sociedade rural. Na caracterologia de Comblin, a sociedade rural é tipicamente conformista, enquanto a sociedade urbana é também conformista, porém de maneira bem menos intensa e diversa. Entretanto, a cidade também impõe seus comportamentos e o maior perigo na interação com a cidade encontra-se em seus “novos conformismos”. No mundo rural, para comporem suas relações, as pessoas geralmente não conseguem discriminar quem serão seus interlocutores. Os fatores familiares e geográficos lhes impõem limitações claras e estabelecidas. As relações se dão em grupos reduzidos. Já na cidade, as relações de vizinhança se configuram de maneira diferente, haja vista que as pessoas se encontram habitualmente e com outras travam relações de proximidade. E esta proximidade, na cidade, diferentemente da sociedade rural, não se dá apenas no aspecto geográfico-espacial. Os vizinhos não são necessariamente pessoas que moram ao lado. Os cidadãos travam relações com pessoas que estão disseminadas por todo o espaço geográfico da grande cidade. Ou seja, se na sociedade rural prevalecem as relações sociais do tipo primário, na sociedade urbana prevalecem as relações do tipo secundário, de caráter marcadamente associativo e acentuadamente voluntárias. Os cidadãos se associam de acordo com as suas necessidades reais ou de acordo com as suas aspirações: fazem-se membros de associações culturais, econômicas, políticas, de defesa de interesses; fundam clubes, cooperativas e ligas; formam comunidades religiosas ou sociedades beneficentes. Por intermédio das associações os cidadãos ingressam na vida urbana. Isoladamente, insiste Comblin, o indivíduo não consegue ser

¹¹² Comblin, J., 1992, p. 170.

verdadeiramente cidadão, já que a participação ativa nas associações faz do indivíduo um membro da cidade. Corre-se o risco, entretanto, de que a megalópole contemporânea limite e sufoque a vida associativa, tendendo a transformar as associações em aparato burocrático.

2.2.3) O simbólico religioso urbano

A construção do simbolismo, da representação, da significação da religiosidade urbana fica bem caracterizada quando comparamos as características antropológicas do mundo rural e do mundo urbano¹¹³. Sociologicamente e religiosamente a sociedade rural, genericamente, é regida pela *tradição*. Após o Concílio de Trento, diversos fatores históricos conduziram à ênfase no tradicionalismo e a uma conseqüente recusa diante das mudanças advindas da modernidade. Já a sociedade urbana moderna enfatizou a *inovação*. Na cidade, a religião situa-se no bojo do conjunto das experiências individuais, também tornando-se objeto de escolha ou de abandono, livre, portanto de quaisquer tipos de pressões oriundas da sociedade ou da tradição familiar.

A concepção social do espaço e do tempo na cidade se difere do mundo rural. No ambiente rural o tempo é consumido no contato com a natureza. Na opinião de Antoniazzi este fator inconscientemente constitui um risco do retorno à animalidade; daí a necessidade do encontro com os outros, favorecendo a humanização, a socialização. O domingo, a festa, a “desobriga” são momentos ao mesmo tempo sociais e religiosos. Já no ambiente urbano o ritmo é outro, completamente diferente. O tempo é comercializado, medido, tornou-se sinônimo de dinheiro. O homem citadino vive uma multiplicidade considerável de contatos não apenas com diferentes grupos de pessoas, mas também com uma grande heteronomia ambiental. Na cidade a

¹¹³ Antoniezzi, A.,1992, p. 82-85.

pessoa encontra uma gama quase infindável de ambientes diferentes, de locais diferentes estética e funcionalmente. Ao contrário do ambiente rural, os “finais de semana” para o homem urbano não são geralmente assumidos como um tempo favorável ao encontro com a comunidade ou para uma experiência celebrativa de massa. Quanto mais urbano for (no que se refere às origens pessoais, familiares), mais o homem se refugia na intimidade da casa, no afastamento dos contatos sociais. Daí o questionamento¹¹⁴ sobre a centralidade da liturgia urbana no domingo e sobre a organização temporal da pastoral católica. Grande parte dos objetos e ritos litúrgicos - o simbolismo litúrgico - foi absorvida do mundo rural. Os símbolos litúrgicos pouco ou nada têm a ver, segundo Antoniazzi, com a cidade nos dias de hoje. Da Revolução Industrial para os tempos modernos, a liturgia católica assumiu um caráter didático, tornou-se explicação de doutrina. *“Assim, o rito do mergulho, no batismo, foi substituído por poucas gotas d’água. A unção com azeite se reduz a uma invisível camada na ponta do dedo do ministro. O grande pão a ser partido na Eucaristia virou uma frágil hóstia sem sabor”*¹¹⁵.

O que se constata é que o católico tradicional desconsidera freqüentemente o ambiente urbano, apresentando sérias dificuldades em participar das diversas expressões de vida comunitária presentes também nas diversas modalidades associativas urbanas. Muitas vezes a igreja urbana desconhece as associações. Comblin indica que o critério para se medir o amadurecimento da população urbana está no número de associações que ali existem¹¹⁶.

A cidade é como um grande mercado. Este aspecto também atinge frontalmente as instituições religiosas presentes no ambiente urbano. Estas oferecem seus produtos”, numa

¹¹⁴ Antoniazzi, A., 1992, p. 84.

¹¹⁵ Antoniazzi, A., 1990, p. 777-786.

¹¹⁶ Comblin, J., 1999, p. 54.

tentativa de comercializar a senha que leve as pessoas ao sagrado. A metrópole influencia a experiência de vida e a concepção do sagrado¹¹⁷.

Segundo Amado¹¹⁸, o fenômeno cultural da modernidade atingiu profundamente a Igreja Católica. Em suas relações com a sociedade, diante deste processo de autonomia do político face ao religioso, a Igreja Católica passou a ser interlocutora do povo, falar em nome deste. Atualmente sua função não é mais apenas falar “*em nome do povo*” ou de ser intérprete do sagrado. Isto é importante para compreendermos o significado da ação social da Igreja na vida urbana. Para Luckman¹¹⁹, constata-se uma crise da religião circunscrita apenas ao ambiente eclesial. De tal forma que a crise atinge frontalmente a Igreja, como instituição religiosa e não propriamente a religião. Há, segundo Benedetti, um equívoco ao identificar e equivaler Igreja a religião¹²⁰.

No mundo moderno, a socialização cada vez mais é realizada por instâncias alheias à vontade dos indivíduos - chamadas *secundárias*. Os agentes de socialização primária - Estado, família, Igreja - vão perdendo importância. Os vínculos mais representativos são geralmente construídos de forma secundária. Há também na grande cidade a busca de uma experiência religiosa autêntica. Mesmo assim, essa busca é voltada para a experiência pessoal e pouco valoriza a religião institucionalizada, tradicional.

As instituições parecem cada vez mais burocratizadas, impessoais e alheias às necessidades e problemas reais das pessoas no seu dia-a-dia. O sistema de significações do

¹¹⁷ Cox, H., 1971, p. 12.

¹¹⁸ Amado, W.T., 1996, p. 127.

¹¹⁹ In: Benedetti, L. R., 1994, p. 68.

¹²⁰ Benedetti L.R., 1994, p. 69.

indivíduo será buscado, portanto, em instâncias que lhe ofereçam possibilidades de escolha pessoal de consumo religioso. Caso esta via também seja interditada, o homem citadino, ainda na análise de Benedetti, irá construir ele próprio o seu sistema de significações religiosas.

Benedetti afirma a existência de uma elevada especialização institucional que, de imediato, também traz conseqüências para a instituição paroquial urbana. Na cidade, prevalece o aspecto utilitário e funcional: o clube serve para o lazer, a empresa para o trabalho, a escola para o estudo, a Igreja para a oração, etc. Portanto, a religião passa a ser assunto de natureza privada e liga-se unicamente à ordem das escolhas pessoais. À religião, na cidade, corresponderá uma instituição que objetivamente tratará do mundo simbólico religioso e que não se misture com outras esferas, como a escola, a profissão, o lazer. O homem urbano, em sua prática religiosa, vai percebendo uma gradativa distância entre a tradição e o conteúdo da fé. “*A verdade religiosa - diz Benedetti - passa pela hermenêutica da situação*”. O critério de busca da verdade passa a ser de caráter pessoal, atendendo a um gosto pessoal, à satisfação pessoal, à esfera do íntimo, à sensibilidade. Particularmente isto será visível no âmbito do fenômeno religioso. Há uma espécie de *ecumenismo popular*, no qual o trânsito entre as igrejas e religiões permite a coexistência e a concorrência entre elas. O homem citadino provavelmente afirmará que todas as religiões são boas e que a verdade está em todas, não sendo esta monopólio de ninguém. Em seus estudos, Benedetti constata que no mundo urbano a função da religião - construir significados, sentidos, certezas - transforma-se em controle das incertezas e em resposta localizada a carências localizadas. Daí o relativamente fácil trânsito eclesial que as bases sociológicas das igrejas promovem na atualidade. Cerca de 10% dos católicos freqüentam a umbanda ou são seus simpatizantes e 4,9% dos católicos são também pentecostais¹²¹. De um lado assistimos a um

¹²¹ Benedetti L.R., 1994, p. 69.

progressivo intimismo religioso e, polarizando, temos também um reforçado fundamentalismo religioso, que recusa qualquer hermenêutica.

2.3) A Pastoral Urbana e os desafios às estruturas comunitárias

Pastoral Urbana é o conjunto das atividades que a Igreja Católica desenvolve no ambiente urbano, buscando, através de suas estruturas religiosas, contribuir com a construção da cidadania.

Comblin destaca a questão que é fulcral e que vai de encontro com o tema da nossa dissertação: “a pastoral permanece ainda estruturada em grande parte na comunidade paroquial, baseada na vizinhança, e não o suficiente nas associações, que seria próprio de uma estrutura urbana”¹²². As massas, deserdadas da participação da vida cidadina na megalópole, se socializam suficientemente e nem a Igreja apresenta a estas uma possibilidade associativa que lhes recomponha o vínculo com a antiga comunidade paroquial. A paróquia se encontra distanciada das preocupações religiosas das populações urbanas.

O CERIS (Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social), quando lançou a coleção *Sociologia e Pastoral*, considerando a clássica oposição fortemente marcada nos anos 60 entre pastoral de pequenos grupos e pastoral de massas, já apontava que “*algo novo se colocava para a pastoral*”¹²³. Os impasses enfrentados, longe de serem resolvidos, têm sido aprofundados. As ciências sociais diriam que estes impasses são constitutivos, inerentes à realidade, que não podem ser resolvidos mas, apenas, trabalhados pela Igreja.

¹²² Comblin, J., 1992, p. 173.

¹²³ Benedetti L.R., 1994, p. 61.

Antoniazzi¹²⁴ alerta para a necessidade de reconhecermos que existe uma diversidade no interior das cidades da mesma forma que existe diversidade entre as cidades. Daí, segundo o autor, é possível chegarmos a duas conclusões: a primeira será a de que será necessário estudar cada cidade no seu momento histórico, na sua dinâmica específica, nas suas complexas (e muitas vezes ocultas) relações com o sistema econômico-político mundial; a segunda conclusão diz que é possível construir a cidade a partir da subjetividade humana, a partir do projeto do grupo humano. Desse projeto - diz o autor - deve participar a Igreja e esta será a sua “Pastoral Urbana”.

Como dissemos no capítulo anterior, na cidade percebemos diversas contradições. Segundo Antoniazzi muitos dos que se declaram católicos e praticam a religião na esfera familiar ou paroquial, não fazem referência à fé cristã nas suas práticas profissionais, políticas ou técnico-científicas¹²⁵. Um exemplo marcante desta contradição está na própria universidade. A título de exemplo, muitos jovens que são participantes ativos das comunidades ou dos grupos de paróquia não conseguem prestar um serviço ativo junto à pastoral na universidade.

2.3.1) Indicativos à paróquia a partir de experiências de Pastoral Urbana

No Brasil, mais recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, constatou a existência de novos contextos sociais, de uma acentuada pluralidade cultural e religiosa do povo brasileiro¹²⁶. No Documento os bispos da Igreja Católica no Brasil afirmam que

¹²⁴ Antoniazzi, A., 1994, p. 80.

¹²⁵ Antoniazzi, A., 1994, p. 81.

¹²⁶ CNBB, 1995, p. 62.

a tarefa da Igreja no contexto da pós-modernidade, exige, além da renovação das atuais estruturas pastorais, a criação de novas estruturas que correspondam às exigências de uma nova evangelização. As estruturas eclesiais devem levar adiante o projeto de renovação de toda a Igreja, buscando responder às exigências do mundo moderno.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) atualmente, através das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil válidas para o quadriênio 1999-2002¹²⁷, também aponta para a necessidade de se dar uma atenção especial à Pastoral Urbana, particularmente em relação à criação de novas estruturas eclesiais que, sem desconhecer a validade da *“paróquia renovada”*, permitam que se enfrente a problemática apresentada atualmente pelas enormes concentrações humanas. Serão necessários, entre tantos outros esforços, a multiplicação e a diversificação, no meio urbano, de comunidades eclesiais que suscitem, eduquem e apoiem a experiência da fé¹²⁸. A estrutura paroquial deve adequar-se constantemente às mudanças do tempo. Enfatiza que a paróquia *“não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo a família de Deus e comunidade dos fiéis”*. Em face da existência das grandes paróquias urbanas, geralmente caracterizadas por uma baixa prática religiosa e pelo anonimato dos fiéis, reivindicou-se no documento a transformação da paróquia em *“comunidade de comunidades”* ou a subdivisão da paróquia em comunidades de dimensões humanas, possibilitando relações pessoais, fraternas¹²⁹. Enfatiza, portanto, a necessidade de que as dioceses no meio urbano reconheçam a existência de diversas formas de vida comunitária, não pretendendo impor um modelo único de comunidade eclesial, já que no

¹²⁷ CNBB, 1999.

¹²⁸ CNBB, 1995, p. 116-117.

¹²⁹ CNBB, 1999a, p. 118.

contexto urbano os fiéis estão diante de uma enorme multiplicidade de relações nos meios profissionais, culturais e residenciais¹³⁰.

Para nos aproximarmos do campo de observação com mais pertinência, descrevemos, a seguir, algumas experiências de Pastoral Urbana que vem sendo realizadas, trazendo os resultados e as análises¹³¹.

Em São Paulo, no ano de 1992 (de 15 a 17 de setembro), a CNBB realizou um Seminário de Estudo intitulado “*Presença e organização da Igreja na cidade*”¹³², reunindo representantes das Arquidioceses de São Paulo, Campinas e Belo Horizonte. O encontro traçou como meta a troca de experiências e a discussão de possibilidades concretas em vista da organização pastoral mais apropriada para a cidade. Foi destacada a necessidade de uma maior aproximação da realidade urbana por parte dos organismos eclesiais. Após o estudo teórico sobre a cidade bem como na análise de como a religião é vivida na cidade, uma das conclusões que o Encontro apontou foi a necessidade de que no ambiente urbano deve-se criar novas estruturas pastorais e estudar alterações na estrutura paroquial.

Após esta primeira reunião dos agentes da Pastoral Urbana¹³³, foram realizados outros três Encontros acontecidos em 1993, 1994 e 1995. Das trocas de experiências apresentadas nos Relatórios destes Encontros, extraímos para esta dissertação os subsídios que nos ajudam a confrontar os elementos essenciais que caracterizam a hipótese que levantamos neste trabalho.

¹³⁰ CNBB, 1994 p. 164.

¹³¹ O referencial de pesquisa para as considerações deste tópico estão condensados em Relatórios Xerografados, elaborados pelas equipes coordenadoras de cada Seminário, em formato mimeografado. Ao leitor interessado, ver a relação dos Relatórios nas Referências Bibliográficas ao final desta Dissertação.

¹³² Relatório 1 - texto xerografado. Ver referência ao final.

¹³³ Agentes de Pastoral Urbana são as pessoas que planejam e executam a ação da Igreja Católica na cidade: católicos em geral, padres, religiosos e religiosas, bispos, teólogos e teólogas, etc.

Nos dias 14 a 16/09/93 aconteceu em Belo Horizonte uma primeira experiência no sentido de congregar representantes das Coordenações Pastorais, ainda como experiência embrionária, de três Arquidioceses: Belo Horizonte, Campinas e São Paulo, visando uma troca de experiências entre as três Arquidioceses, que há alguns anos já buscavam de forma semelhante um processo de renovação da pastoral das grandes cidades, bem como um aprofundamento da reflexão sobre o mesmo tema¹³⁴. Foram levantados alguns dados que configuram a realidade das grandes cidades brasileiras nos tempos atuais e apontados alguns indicativos. O Relatório do Encontro considerou importante a Igreja atentar-se às mudanças culturais, já que as grandes cidades são uma realidade dinâmica. As cidades tiveram um grande crescimento demográfico, atingindo inclusive os municípios circunvizinhos. Constatou-se, também, a existência de uma população flutuante, constituída por aqueles que apenas procuram na cidade os serviços de saúde, educação ou ali chegam para fazerem compras. A espacialização ambiental, por área de trabalho, nas grandes cidades também foi um dado levantado pelos participantes do encontro. Há também, como já analisamos, um acento na questão do uso do tempo no meio urbano. Na cidade as semanas são intensamente absorvidas e os finais de semana são marcados pela fuga da cidade, pelo isolamento, pelo descanso. Na grande cidade, constata o Relatório Final, destacam-se algumas dicotomias: entre o *sistema de produção* e o *mundo vital*, ou seja, entre a busca do lucro e da eficiência e o mundo da cultura e da religião; dicotomia entre a *comunidade religiosa* e a *sociedade civil*; *religiosidade fortemente subjetiva*, desvalorizando o institucional e tradicional, ao lado de uma *experiência religiosa autêntica*. Foram apontadas também algumas características mais marcantes das paróquias situadas nas grandes cidades: elas estão delimitadas em um

¹³⁴ Relatórios 1, 2, 3 e 4. Ver Referencial Bibliográfico, ao final.

determinado espaço geográfico, com uma prática pastoral que não contempla a diversidade das situações vividas pelas pessoas e pelos grupos sociais.

Entre os dias 13 e 15/09/94 aconteceu em Campinas-SP outro Seminário sobre a Pastoral Urbana¹³⁵. Descrevemos aqui alguns dados da realidade urbana apontados pelas Arquidioceses presentes. A Arquidiocese de São Paulo apresentou a caminhada feita no trabalho com a categoria dos “excluídos” desde a década de 70, na descoberta das periferias, na atitude do clero em sair das paróquias e irem pessoalmente ao encontro das comunidades pobres. Constatou-se o crescimento dos centros comunitários e das Comunidades Eclesiais de Base nos bairros periféricos. Cresceu a consciência em torno da defesa dos Direitos Humanos. Na década de 80 fez-se a experiência de um trabalho na periferia urbana centrado na dimensão pessoal. Respondendo a esses desafios, criaram-se vários grupos de ação social específica atuando com as mais variadas categorias sociais marginalizadas: da moradia, do negro, do menor, da mulher marginalizada, dos aidéticos, das pessoas encarceradas, dos migrantes, dos deficientes físicos, das pessoas idosas, etc. Já nos anos 90, após este grande destaque de trabalho junto aos “Povos da Rua”, foi criado o “Vicariato Ambiental do Povo da Rua”, aglutinando-os para que, além das atividades religiosas, também se organizem em cooperativas de catadores de papelão. Já a Arquidiocese de Curitiba relatou a experiência dos três cursos sobre a Pastoral Urbana para o clero, numa tentativa de abertura e descoberta de novos horizontes para uma pastoral tradicional (que o documento caracteriza como “sacramentalista”). Algumas paróquias da Arquidiocese têm enfrentado situações as mais diversas, como o caso de um suicídio acontecido dentro de um templo urbano. Tem-se adotado práticas comunitárias que visam auxiliar as pessoas a chegarem nestas situações-limite, oferecendo serviços como: tempo maior para as confissões, atendimento

¹³⁵ Ver Relatório 2, no Referencial Bibliográfico, ao final.

de psicólogos, acompanhamento das famílias por médicos e profissionais competentes, templos sempre abertos, celebrações ao meio-dia, etc. A Arquidiocese de Belo Horizonte relatou a implantação do Projeto Pastoral “Construir a Esperança”¹³⁶, que consiste em três objetivos: busca de uma nova espiritualidade, a multiplicação das “redes de comunidades” e a busca de uma maior presença pública da Igreja na cidade. Por último, a Região Belém - Arquidiocese de São Paulo relatou as experiências em relação aos grupos de rua, formando grupos de famílias que reivindicam o atendimento das suas necessidades básicas. Tem sido realizado um cadastramento dos dados responsáveis por estes grupos.

O Relatório do Encontro trouxe os resultados de uma pesquisa realizada entre 1979 e 1985, em Campinas. Na pesquisa, aponta-se as paróquias do centro urbano caracterizadas como “*prestadoras de serviços religiosos*”, aqui utilizando as categorias sociológicas propostas por Peter Berger¹³⁷, visando basicamente atender a uma espécie de “clientela flutuante”, proveniente de vários locais da cidade. Nestas paróquias busca-se tanto a satisfação das devoções populares, quanto o cumprimento religioso dominical, como também a resposta a problemas psicológicos, físicos e/ou diretamente financeiros. As paróquias organizam-se de forma a responder a estas demandas?

2.4) A paróquia na pós-modernidade

Em nossa pesquisa, situarmos o nosso objeto no contexto da pós-modernidade, implica em termos presente as indagações que já foram trabalhadas até aqui: o que a paróquia foi

¹³⁶ Este Projeto já rendeu diversas publicações. Indico ao leitor os seguintes artigos publicados no número 24 da Revista Perspectiva Teológica; e escritos por LIBÂNIO, J.B.: "Projeto Pastoral Construir a Esperança", 1992, p. 77-92; "Rosto da Igreja de Deus de Belo Horizonte a partir do projeto Construir a Esperança", 1992, p. 237-246 e, por último, "A Igreja e a sua capacidade de satisfazer às demandas religiosas - Projeto Construíra Esperança", 1992, p. 367-374.

ao longo de sua história, o que está sendo, no momento histórico para conseguirmos, assim, visualizar quais exigências/possibilidades a sociedade contemporânea apresenta para esta modalidade de organização comunitária.

A modernidade recentemente tem acendido entre os pesquisadores ao menos duas tendências de análise. Ou se mantém a racionalidade moderna, numa espécie de neo-conservadorismo, já que ainda não foi totalmente esgotada, ou se aposta na pós-modernidade como sinal visível do esgotamento desta racionalidade. Segundo afirma Lepargneur, “*o sucesso econômico de uma sociedade exige racionalidade, organização, planificação*”¹³⁸. A discussão básica está no esgotamento, por parte dos pensadores pós-modernos, da razão instrumental¹³⁹. A Escola de Frankfurt, concordando com Max Weber, elucidou o poder crescente da razão instrumental, denunciando que a mesma estava desumanizando a sociedade¹⁴⁰. A pós-modernidade, diante da convicção da modernidade de que a razão humana seja considerada única e universal pelo pensamento iluminista, suspeita dessa razão universal, à qual atribui pretensões totalitárias, historicamente responsáveis pelo esmagamento ou tentativa de eliminação das diferenças das maiorias e, em última análise, da liberdade individual.

Atualmente as instituições obedecem à lógica da multiplicação das necessidades, buscando satisfazê-las, correndo o risco de se fecharem sobre si mesmas, gerando um vazio, um anonimato e um individualismo que se apresenta como algo protetor. Uma função

¹³⁷ Berger, P., 1985.

¹³⁸ Lepargneur, H., 1971, p.133

¹³⁹ Gefré, C. e Jossua, J.P., 1992, p. 783.

¹⁴⁰ Mo Sung, J., 1995, p. 210.

clara da Igreja é a ordenação das experiências religiosas. Também a comunidade católica a estrutura paroquial tem a função de ordenar as diversas experiências religiosas.

A secularização é uma das marcas características da pósmodernidade. A CNBB aponta que nestes “novos tempos” são apresentados problemas e dificuldades tais como o indiferentismo religioso, o ateísmo, o consumismo, o fenômeno de novos movimentos religiosos que se espalham como respostas às aspirações e necessidades religiosas¹⁴¹. Martelli afirma que a expressão *secularização* é de sentido indeterminado, ambíguo e impreciso¹⁴². A abordagem durkheimiana tende a afirmar que a secularização¹⁴³ é caracterizada como sendo o desaparecimento do sagrado, prevendo a possibilidade do declínio das instituições religiosas existentes e o fortalecimento da religião, bem como afirma a idéia de que a racionalização pode conduzir a sociedade a uma busca mais intensa do “*supramundano*”¹⁴⁴. Van Petersen¹⁴⁵ conceitua a secularização como sendo a libertação do homem, “*em primeiro lugar, do controle religioso e então do controle metafísico sobre a razão e a linguagem*”. A secularização representa o banimento de todas as concepções herméticas de mundo, a ruptura com os mitos sobrenaturais e símbolos sagrados. Na cidade a prática religiosa passa a ser também privativa¹⁴⁶.

¹⁴¹ CNBB, 1999a n° 103.

¹⁴² Martelli, S., 1995, p 21.

¹⁴³ Cox, H., 1971, p. 7 afirma que, de acordo com um dicionário em uso no Brasil em 1964 (sem citação), a palavra "secularização" foi assim significada: “**Secularizar** é tornar secular o que era eclesiástico. Sujeitar às leis civis. Absolver alguém do voto de clausura; deixar de ser religioso. A origem do termo indica, apenas, a separação do universo eclesial do restante do mundo, o religioso do civil. Cf. Cox, H., 1971, p. 7.

¹⁴⁴ Martelli, S., 1995, p. 64.

¹⁴⁵ In: Cox H., 1971, p.12.

¹⁴⁶ Antoniazzi, A. 1997, p. 27.

Sociologicamente, isto representa a distinção entre sistema e mundo vital¹⁴⁷, ou entre a macro-sociologia (que se ocupa das instituições religiosas e de como as religiões se estruturam) e a micro-sociologia (ou seja, como os sujeitos ou indivíduos vivenciam a religião).

“A chamada secularização urbana é a rejeição desse catolicismo tradicional, que tinha o seu centro na paróquia e que pretendia envolver e governar a vida inteira a partir de sua adesão total ao catolicismo representado pela paróquia e pelo seu pároco.”¹⁴⁸

A pós-modernidade no âmbito religioso-ecclesial¹⁴⁹ conduz a uma possibilidade de cristianismo não-religioso, e, portanto, desnecessitado de estruturas comunitárias, a exemplo da paróquia. Uma característica marcante da pós-modernidade é a tendência a acentuar o enfraquecimento dos laços comunitários. Se de um lado tende-se a valorizar a subjetividade, a livre escolha pessoal, a liberdade e a consciência dos direitos fundamentais, de outro lado está o subjetivismo. O indivíduo, neste contexto, tende demasiadamente a preocupar-se consigo mesmo, exaltando o consumismo materialista como grande objetivo da vida. Neste quadro, inevitável é o empobrecimento das relações pessoais e sociais. Muitos tendem a compreender a religião como algo pertencente unicamente à esfera da convicção interior. Constrói-se uma religião de caráter fortemente pessoal e que prescinde quase que totalmente da dimensão comunitária. Segundo o Documento número 61 da CNBB¹⁵⁰, nas grandes cidades em torno de 8 a 10% das pessoas que

¹⁴⁷ Martelli, S., 1995, p. 232.

¹⁴⁸ Comblin, J., 1983, p. 251.

¹⁴⁹ In: Antoniazzi, A., 1995, p. 62.

¹⁵⁰ CNBB, 1999a.

possuem idade inferior a 50 anos se declaram desligados de qualquer religião. Aproximadamente 2/3 dos que se declaram católicos nas diversas pesquisas de opinião raramente praticam a religião em grupos ou comunidades eclesiais. Almeida¹⁵¹ afirma que de todos os serviços religiosos prestados pelas estruturas de Igreja, entre elas a paróquia urbana, 75% atendem à dimensão comunitária. Portanto, a maioria das estruturas paroquiais atendem mais às necessidades religiosas internas. Poucos são os esforços da maioria das paróquias em atenderem às demandas sociais e à interação com o urbano. Isto pudemos claramente notar nos Relatórios que compuseram a nossa exposição de campo no capítulo primeiro desta dissertação.

Durkheim considerava o emergir do individualismo como sendo o produto da elevada diferenciação social, um real perigo e uma grave ameaça para o equilíbrio interno da sociedade moderna¹⁵². Nestes tempos atuais os valores da individualidade ganharam acentos profundos. “*A privacidade torna-se dogma de fé na colocação do emblema da convivência social*”¹⁵³. Esta individualidade, tomada na forma subjetivista, aflora também nas artes, na política, no esoterismo, na afirmação excessiva dos valores do indivíduo sobre os valores da grande sociedade. Martelli afirma que a “*religião é vista apenas como uma reserva de símbolos e significados à disposição do indivíduo, cuja eficácia é, portanto, limitada à esfera privada ou a grupos pequenos*”¹⁵⁴.

A exacerbação deste sentimento de individualidade - valor e contravalor da pós-modernidade - está exemplificado na crescente ausência de participação do cidadão ou do homem

¹⁵¹ Almeida, D.B., 1999, p. 174-185.

¹⁵² Martelli, S., 1995, p. 92.

¹⁵³ Silva, R.V., 1995, p. 139.

¹⁵⁴ Martelli, S., 1995, p. 19.

religioso nas instituições¹⁵⁵. Junto com o descrédito com as instituições clássicas, está presente o descrédito às iniciativas comunitárias.

Muitas pessoas trazem como marca característica de sua prática religiosa a questão da “dupla pertença”. Transitam, sem grandes dificuldades, de uma religião a outra, ou ainda constroem sua própria visão religiosa com elementos de diversas procedências. Cerca de 10% das pessoas que participam das Comunidades Eclesiais de Base, no Brasil, transitam entre outras denominações ou grupos religiosos, freqüentando mais de uma igreja cristã. Muitos misturam outros elementos e práticas sincréticas, de religiões diferentes. Lepargneur afirma que esta flexibilização ou mesmo a migração de pessoas para outras religiões ou denominações religiosas, no âmbito da Igreja Católica deveuse em grande parte pela “*evolução religiosa-cultural*” das chamadas *elites intelectuais*. Estas tendem a arrasar a prática religiosa popular e o efeito desta incompreensão para com a religião do povo - acompanhada da conseqüente supressão de certas práticas religiosas populares por parte dos sacerdotes - é que os crentes vão maciçamente para outras Igrejas ou seitas, de caráter mais tradicional e que se colocam como “*abertas*” para a prática religiosa popular¹⁵⁶.

Outro exemplo do subjetivismo religioso, marca da pós-modernidade, esta crescente busca por movimentos carismáticos que nas cidades atraem atualmente muitos católicos. Nestes Movimentos Eclesiais a subjetividade é amplamente valorizada e, ao mesmo tempo, as pessoas são inseridas em um contexto que oferece segurança, principalmente através de líderes espirituais que se colocam portadores de novas expressões da espiritualidade católica.

¹⁵⁵ Silva, R.V., 1995, p. 143.

¹⁵⁶ Lepargneur, H., 1971, p. 136.

Comblin¹⁵⁷ faz algumas considerações gerais sobre os Movimentos Eclesiais: a) Dirigem-se em primeiro lugar e mais diretamente aos leigos; b) de dentro dos Movimentos nasce um novo modelo de padre que realiza a sua missão religiosa inteiramente consagrado ao movimento; c) os Movimentos são internacionais e transnacionais, daí a sua não integração com as dioceses e paróquias. Os Movimentos não se referem à paróquia, nem à cidade onde atuam e nem aos seus países de origem. Diz Comblin que “*o seu mundo é um mundo mais internacional do que nacional*”. d) os Movimentos são especificamente urbanos e correspondem às condições e às necessidades de um modo de viver urbano, que é típico da classe média: a separação entre os diversos setores da vida - setor lazer, setor cultura, setor política... esta separação e o que garante a autonomia da classe média urbana; e) diferentemente da paróquia que se tornou um ambiente anônimo, os Movimentos souberam criar um ambiente receptivo e acolhedor, de amizade e de comunicação humana. Segundo Comblin, a paróquia tem dificuldade de “*introduzir pessoas neoconvertidas num ambiente paroquial de pessoas tradicionais ou fechado em si mesmo*” e “*levar um convertido à paróquia é levá-lo ao desânimo e à desilusão*”¹⁵⁸.

A própria CNBB, talvez impulsionada pela grande influência dos Movimentos Eclesiais na vivência religiosa atual, indicou a necessidade de que, em face da baixa prática religiosa nas grandes paróquias urbanas, a mesma seja transformada em comunidades de dimensões humanas, possibilitando relações pessoais¹⁵⁹. Muitas pessoas tendem a optar por participarem mais dos Movimentos Eclesiais do que propriamente das paróquias. Para sua existência, os Movimentos prescindem dos vínculos territoriais. E aqui está um grande desafio às

¹⁵⁷ Comblin, J., 1983, p. 227-262.

¹⁵⁸ Comblin, J., 1999, p. 26.

¹⁵⁹ CNBB, 1995, p. 118.

paróquias urbanas, pois em nossa análise, os Movimentos Eclesiais não substituem a paróquia, mas vão superando em agilidade a frágil capacidade de aglutinação da estrutura paroquial. Esta modalidade de organização comunitária - caracterizada como sendo “emocional” - cresce na medida em que atende às demandas subjetivas dos fiéis. Muitas pessoas, pelo que observamos também a partir de nossa postura observante, tendem a se identificar mais pela pertença aos Movimentos Eclesiais do que propriamente à paróquia.

No contexto da globalização, a ação religiosa paroquial no Brasil está imersa em uma sociedade complexa, caracterizada basicamente pela incerteza do futuro. Os desafios culturais e religiosos devem despertar a instituição paroquial para a necessária busca de novas prioridades para a sua ação religiosa. O Documento n° 54 da CNBB¹⁶⁰ sugere que nestes novos contextos se crie novas estruturas que estejam em melhores condições de correspondência com as exigências religiosas.

¹⁶⁰ CNBB, 1995, p. 118.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este item, que encerra as discussões que propomos nesta dissertação, aponta conclusiva e sistematicamente quais poderão ser as possibilidades que se descortinam com o advento da pós-modernidade para a ação social e religiosa das paróquias urbanas. O objetivo central deste capítulo é fazer algumas conclusões possíveis e algumas indicações de natureza prática ao conjunto das paróquias das grandes cidades.

1) Conclusão

Concluimos que as paróquias urbanas, da forma como se apresentam atualmente, não respondem inteiramente aos desafios do mundo urbano, não interagindo de maneira eficaz com o ambiente urbano. A atualidade exige uma revisão da paróquia¹⁶¹.

Mesmo diante do volume das contundentes críticas que diversos autores formularam e que as expomos ao longo desta dissertação, consideramos que não se trata de extinguir as paróquias, haja visto que nenhuma estrutura comunitária da Igreja urbana poderá julgar-se como estrutura perfeita, completa em si mesma. Culturalmente, a paróquia está integrada no universo simbólico religioso de uma grande parte da população católica. Isto sem mencionarmos a tendência quase instintiva do ser humano em delimitar espaços, circunscrever territórios para si mesmo.

Na cidade, cremos que a Igreja Católica haverá que estar atenta à diversidade das possibilidades de organizações comunitárias que respondam, cada qual a seu modo, à demanda religiosa das pessoas nos diversos ambientes e situações. A paróquia territorial

¹⁶¹ CNBB, 1999a p. 160.

tradicional, portanto, não pode se constituir, segundo nosso parecer, na única forma de organização comunitária católica. Porém, consideramos que algumas ações a paróquia territorial tradicional necessitaria implementar para que possa interagir ainda mais com a questão urbana e conseguir ser uma presença mais conseqüente na cidade, a fim de responder aos desafios do mundo urbano. Quais necessidades religiosas interpelam a paróquia e qual o futuro desta organização comunitária na cidade? Pontuemos algumas considerações.

2) Alternativas

A Igreja necessitará estar atenta às distinções existentes entre as paróquias que estão situadas nas cidades pequenas, médias e grandes e as que estão instaladas nas megalópoles. No âmbito da grande cidade, haverá também que tecnicamente e pastoralmente distinguir entre as Paróquias situadas em *centro comercial* (onde estão presentes os bancos, o comércio e os escritórios); estas, em nossa opinião, poderão desenvolver uma pastoral que favoreça o contexto onde as pessoas estão, inclusive atenta às horas que as pessoas têm para rezar ou procurarem a igreja; Paróquias situadas em *região de cortiços*, que atendem principalmente as pessoas que são migrantes e Paróquias situadas nas *periferias*, constituídas por uma população que reside de maneira precária, desassistida pelos poderes constituídos e não possui infra-estrutura residencial, educacional e de saúde¹⁶².

Tudo isto será viável a partir de um amplo, sério, articulado e pluridisciplinar estudo científico sobre a cidade, conscientizando-se de que a cidade é um conjunto complexo e fragmentado, onde qualquer tentativa de controle muito rígido ou de centralização está fadado ao fracasso. Para isto, cremos que as paróquias urbanas das grandes metrópoles, necessitarão investir

¹⁶² Teixeira, N.C. 1994, p. 171.

recursos em estudos tecnicamente sociológicos sobre a cidade, sua estrutura de serviços, sua conjuntura social, religiosa e política, para que possa se situar de maneira mais integrada e pertinente na conjuntura cidadina. Conseqüentemente, as paróquias urbanas necessitarão realizar parcerias não somente com entidades e institutos eclesiásticos, mas, sobretudo, estarem abertas à ampla sociedade e também com organizações sociais que existam na cidade, em vista de uma ampla, bem planejada e articulada ação social. Cremos que a paróquia necessitará investir numa atuação nas diversas áreas de influência no mundo urbano, inclusive na política, de forma a buscar meios que concretizem os projetos populares. A partir destas possíveis interações, a paróquia poderá auxiliar na proposição de alternativas novas para a sociedade urbana.

Para os grandes templos urbanos cremos que será necessário se fazer uma adequação nos horários das celebrações, de forma a propiciar às pessoas que trabalham um horário opcional.

A paróquia necessitará também procurar atender às demandas que emergem da subjetividade, conferindo uma atenção às pessoas. Haverá que planejar e viabilizar atendimentos personalizados, que procurem ajudar as pessoas a discernirem suas responsabilidades no momento e no lugar em que vivem. Seria importante que a paróquia conseguisse fazer a passagem de um modelo de “pastoral-centrada-na-instituição” para uma “pastoral-centrada-na-pessoa”. Acreditamos que é possível se conceber a paróquia como uma estrutura descentralizada, formando diversas comunidades estruturalmente menores, que possibilitem a criação de relações mais humanizantes.

As paróquias necessitarão oferecer oportunidades para as pessoas que dificilmente conseguem se ligar estavelmente com uma comunidade, como as pessoas que trabalham em certos setores da economia (serviços, transportes, saúde, etc.) e que não possuem condições reais de espaço e de tempo para se fixarem numa atividade pastoral paroquial.

Portanto, entendemos que há a necessidade de que sejam criadas formas *trans-paroquiais* de atendimento aos fiéis, já que existem situações humanas que extrapolam o alcance da paróquia. Isto também poderá ser implementado nas escolas, colégios, universidades, nas instituições de saúde, nos meios de comunicação, nos movimentos sociais urbanos, nas entidades culturais, nas entidades de lazer, nas empresas, na política¹⁶³.

Portanto, nossa pesquisa quis colocar em evidência, sobretudo, a necessidade da paróquia cada vez mais interagir com o ambiente urbano, de forma que os problemas urbanos possam atingir e interpelar cada vez mais a presença institucional da Igreja Católica.

Nesta interação com a questão urbana, destacam-se algumas iniciativas que acreditamos importante mencionarmos ao término desta dissertação.

Um exemplo alternativo de organização comunitária encontramos na experiência protestante¹⁶⁴. Segundo Volf, a eclesiologia protestante pode ser resumida da seguinte maneira: a igreja local é central, porque o culto está no centro da vida eclesial; as estruturas da Igreja são pluriformes, já que não existe um padrão único de estrutura que sirva uniformemente para todas as igrejas. As igrejas são marcadamente participativas porque cada membro se torna ativo - é o que o autor chama de "*sacerdócio ativo de todos os fiéis*". Osselmann constata que muitas igrejas novas adaptaram-se melhor e mais rapidamente ao ambiente urbano, fato que fez recuar as Igrejas cristãs tradicionais¹⁶⁵. A experiência da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) foi a criação de uma estrutura simplificada para atender às demandas das comunidades, que inclui um Centro Comunitário para o desenvolvimento das atividades regulares

¹⁶³ Comblin, J., 1999, p. 19-22.

¹⁶⁴ Volf, M., 1996, p. 45-54. Apresentamos aqui uma síntese do artigo publicado na Revista Concilium.

com crianças, oficinas de teatro, capoeira, alfabetização, formação, trabalham com grupos de rua, com as favelas e criaram um espaço de profissionalização. Na experiência narrada no *Curso de Verão*¹⁶⁶ acontecido em 1994, Osselmann diz que a Igreja dividiu a comunidade em pequenas áreas de trabalho, nas quais também se dá a orientação espiritual-comunitária, o ecumenismo, as celebrações. O autor constata que são necessárias “*novas estruturas, onde todos possam aprender a exercitar relações democráticas e desenvolver, aos poucos, sua emancipação, numa conquista lenta, mas que consiga sobrepor-se às tendências de retorno à dominação*”¹⁶⁷.

Para as comunidades católicas situadas na periferia urbana, apontamos como sugestão a organização das mesmas em forma de “Redes de Comunidades”. As Redes de Comunidades não possuem a denominação de paróquia no sentido jurídico porque cada comunidade tem sua organização autônoma, com seu Conselho Comunitário e suas atividades religiosas próprias. Outra característica marcante que as diferencia da paróquia tradicional é a ausência, por conseguinte, da figura do “pároco” como “pastor próprio” da comunidade local. A grande característica da paróquia urbana está na concentração das decisões na figura do pároco. Cada padre exerce um papel sociológico de controle comunitário a seu modo: alguns se sobressaem pelo autoritarismo e pela centralização; outros favorecem a participação dos “leigos” nas decisões paroquiais. Entretanto, independentemente do grau de “maleabilidade” do pároco, no território paroquial nada se faz contra seu consentimento. A grande diferença entre as iniciativas sociais e religiosas das “Redes de Comunidades” e as iniciativas feitas pelas Paróquias

¹⁶⁵ Osselmann, D. J., 1994, p. 101-128.

¹⁶⁶ O Curso de Verão é um grande “mutirão de formação” que une representantes de diversas comunidades e igrejas cristãs de todo o Brasil, bem como teólogos, biblistas, pastoralistas. É de natureza ecumênica e atualmente, diversas dioceses no Brasil realizam este Curso uma vez ao ano. Em Goiânia acontece geralmente na primeira quinzena do mês de janeiro de cada ano.

¹⁶⁷ Osselmann, D.J., 1994, p. 127.

está na questão da autonomia e da abrangência. Cada Comunidade tem plena autonomia para gerir e administrar seus recursos e iniciativas, sem a costumeira tutela ou controle por parte do vigário paroquial. No que se refere à abrangência, sendo as comunidades territorialmente menores em relação à paróquia tradicional, este fator se torna facilitador. Cada comunidade tem a chance real de conhecer a realidade do bairro onde atende e, por conseguinte, interagir com as necessidades urbanas de forma mais eficiente.

As Redes de Comunidades se diferem da instituição paroquial através de sua estruturação interna. Nas Redes de Comunidades há maior autonomia na coordenação da comunidade, na gestão dos recursos financeiros, nas tomadas de decisões pastorais que concernem à comunidade. Com a organização da Rede de Comunidades, redefine-se, portanto, aquela conhecida seqüência-eixo: Comunidade-Paróquia-Diocese, pois as comunidades não formam paróquia, privilegiando a autonomia que lhes é própria. Atestando Max Weber, na medida em que existe uma forte e efetiva influência e presença dos leigos, esta é compatível com a ausência de uma organização congregacional local submetida a regras fixas¹⁶⁸, o que caracteriza sociologicamente as Redes de Comunidades. Sociologicamente a grande diferença entre as Redes de Comunidades e as Paróquias está na relação de subordinação. Nas paróquias esta relação é verticalizada, piramidal, na qual as bases se subordinam fortemente à cúpula. Nas Redes a articulação se dá de forma mais horizontalizada, desprovida de subordinação hierárquica. As comunidades possuem um sistema de auto-gestão. Os padres, nestas Redes, não possuem responsabilidade jurídica sobre a comunidade. Na grande paróquia a tendência, como já vimos, é privilegiar um tipo de serviço prestado pelos agentes religiosos mais internamente, no ambiente físico da igreja-matriz. Na Rede de Comunidades, os serviços religiosos são prestados

¹⁶⁸ Weber, M., 1991, p. 314.

principalmente pelos leigos e leigas, no contato direto, pessoal com as famílias em suas próprias casas ou nos grupos que reúnem semanalmente ou quinzenalmente os vizinhos¹⁶⁹.

Na Arquidiocese de Goiânia localizamos duas Regiões Pastorais que não possuem Paróquia e onde as comunidades se organizaram em forma de “Rede”. São as Regiões Pastorais “Alto da Poeira” e “São José Operário”. Na Região “Alto da Poeira” contamos, dos Relatórios analisados¹⁷⁰, um total de 29 bairros atendidos por uma rede de 25 comunidades - ou seja, quase uma comunidade em cada bairro. E aqui está uma diferença visível em relação à paróquia tradicional, haja vista que as Paróquias da cidade Goiânia congregam, em média, 7-8 bairros. Em toda a Rede de Comunidades Alto da Poeira contamos aproximadamente 120 (cento e vinte) “grupos de rua”, comumente chamados de “*grupos de vizinhos*” ou “pequenas comunidades”. Estes grupos reúnem-se, geralmente, nas casas dos moradores dos bairros e congregam a vizinhança em reuniões durante a semana, à noite. Estas reuniões possuem as finalidades celebrativa, relacional e de programação da ação evangelizadora e social em nível local. Em consulta informal, alguns membros da Rede de Comunidades nos informaram que esta quantidade de grupos é variável, porque muitos deles são criados, mas não conseguem permanecer por muitos anos estavelmente constituídos. Já a Rede de Comunidades “São José Operário” é um conjunto de 18 comunidades situadas no município de Aparecida de Goiânia, contíguo à capital, e que também compõe a área da Arquidiocese. Algumas comunidades nasceram a partir de ocupações urbanas, a exemplo da comunidade dos Bairros Cidade Livre e Colina Azul. Na própria história da Rede já vemos a sua interação com as necessidades urbanas. Consta no histórico da Rede que as comunidades se uniram nas lutas pelo registro dos lotes, pelo

¹⁶⁹ Arquidiocese de Goiânia, 1998, p. 66.

¹⁷⁰ Encontrados em Arquidiocese de Goiânia, 1998.

transporte urbano, pela instalação elétrica, pela segurança, pela busca, enfim, de melhores condições de vida para os moradores. Formada em 1993, foi a partir de 1995 que se decidiu dividir a Rede de Comunidades em cinco micro-regiões, quantitativo igual à Rede de Comunidades “Alto da Poeira”. Cada “Micro-Região” reúne um conjunto de pequenas comunidades autônomas e que se situam geograficamente próximas. Importante frisarmos que de fato cada pequena comunidade é autônoma e possui sua estrutura própria. Pelos Relatórios, notamos que cada Micro-Região congrega de 3 a 6 pequenas comunidades.

Todas estas possibilidades mencionadas acima se apresentam para a paróquia tradicional não exatamente como sinais de sua falência na região urbana - enquanto entidade sociológica que congrega católicos e busca interagir com o urbano.

Afinal, estrutura católica está quase completando 1.800 anos de existência na história. Repetimos, seria extremamente complicado do ponto-de-vista cultural decretar sua extinção.

O que ocorre, em nossa opinião, é que os novos tempos históricos interpelam para a existência paralela de outras possibilidades de instituições/organizações comunitárias que poderão ser propostas como tentativas de respostas às novas formas de convivência na grande cidade, a exemplo dos movimentos eclesiais e das comunidades formadas nos ambientes profissionais e culturais específicos¹⁷¹. Estas novas modalidades de organizações comunitárias deverão favorecer formas novas de interações. Afinal, as pessoas, no mundo urbano, tecem relações em diversos níveis com uma multiplicidade de outras pessoas, lugares, funções e serviços, inclusive na Igreja. As comunidades não poderão, em nossa opinião, ser formadas somente a partir do critério geográfico, como o são as paróquias. Estas novas estruturas, sem

¹⁷¹ CNBB, 1986, p. 28.

desconhecer os limites e a validade da paróquia tradicional, deverão oferecer às pessoas espaços alternativos para a prática da vida comunitária católica. Concomitantemente poderão conviver diversas estruturas comunitárias que respondam à rica diversidade do ambiente urbano.

Como a nossa dissertação versou particularmente sobre a paróquia, cabe-nos apontar para a necessidade da paróquia passar de um modelo sociologicamente centrado no poder simbólico do pároco, nos sacramentos, na igreja-matriz para um modelo de comunidade que atenda à multiplicidade das realidades sociais específicas presentes nas comunidades. Num futuro que esperamos não muito distante, talvez poderemos ver a emergência de um modelo de Paróquia que possa contar com equipes pluridisciplinares de trabalho, a exemplo das possíveis Equipes de Atendimento e Aconselhamento, dos Centros de Espiritualidade, dos Centros de Formação que extrapolem os conteúdos apenas religiosos e possam responder à necessidade de formação geral e humana das pessoas.

É preciso, historicamente, que a comunidade católica vá superando o “*paroquialismo pastoral*” (uma ação religiosa centra em si mesma), o que não significa necessariamente o fim das paróquias. Representa, sim, a necessidade de abertura institucional para as situações concretas de pessoas que vivem concomitantemente em realidades diferentes. Daí a necessidade de desenvolvermos a prática de uma paróquia “multicultural”, atenta à diversidade cultural urbana, como acena Paulo Suess¹⁷².

¹⁷² Suess, P., 1996, p. 869.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACCORSI, M. *O que é cidadania? Processo de construção da cidadania.* In: Vida Pastoral, n° 178, setembro/outubro, 1994, p. 13-15.

ALMEIDA, A de A. *A paróquia no Brasil: um esboço do século XII ao século XVI.* In: TORRES-LONDONO, F. (org.). Paróquia e comunidade no Brasil - Perspectiva histórica. Ed. Paulus, São Paulo, 1997.

ALMEIDA, A. J. *Modelos eclesiológicos e ministérios eclesiais.* In: Revista Eclesiástica Brasileira, v. 48, fasc. 190, junho, 1988, p. 313-353.

ALMEIDA, D.B. *A pastoral na virada do milênio.* In: CALIMAN, C. (org.). A Sedução do Sagrado - o fenômeno religioso na virada do milênio. Ed. Vozes, Petrópolis, 1999, p. 174-185.

AMADO, W. T. *A Igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil: 1950 - 1968.* Ed. UCG, Goiânia, 1996.

AMBROSIO, G. *Chiesa e Parrocchia.* Facoltà Teologica Dell'Italia Settentrionale. Coleção "Teologia Prática", 7, Roma, 1989.

ANTONIAZZI, A. *Seminaristas de hoje: padres de amanhã.* In: Vida Pastoral, n° 112, setembro/outubro, 1983, p. 23-29.

ANTONIAZZI, A. *Notas sobre História dos Sacramentos*. In: Atualização, n° 225, 1990, p. 777-786.

ANTONIAZZI, A. *Princípios teológico-pastorais para uma nova presença da Igreja na cidade*.

In: ANTONIAZZI, A. e CALIMAN, C. (orgs.). *A Presença da Igreja na Cidade*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

ANTONIAZZI, A. *Pastoral Urbana e Movimentos*. In: Revista da Arquidiocese, n° 3, 1997, p. 40-46.

ARAÚJO, J.C. de S. *A Igreja católica no Brasil: um estudo da mentalidade ideológica*. Paulus, São Paulo, 1986.

ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA. In: Revista da Arquidiocese, n°s 2 e 3, fevereiro/março, 1965.

ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA. *Goiânia: 41 anos*. In: Revista da Arquidiocese, n° 2, novembro, 1974.

ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA - SPAR. *Igreja de Goiânia a caminho - luzes para a evangelização*. Material impresso. Goiânia, 1998.

ASSMANN, H. *Cidadania: crítica à lógica da exclusão*. In: Vida Pastoral, n° 178, 1994, p. 7-12.

AZEVEDO, M. C. de. *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé*. Coleção “Fé e Realidade”, n° 19. Ed. Loyola, São Paulo, 1986.

AZEVEDO, M. C. de. *Dinâmicas atuais da cultura brasileira*. In: Estudos da CNBB, n° 58: Para onde vai a cultura brasileira? Ed. Paulinas, São Paulo, 1991.

BENEDETTI, L. R. *Os santos nômades e o deus estabelecido - um estudo sobre a religião e a sociedade*. Coleção “Estudos & Debates Latino-Americanos”. Ed. Paulinas, São Paulo, 1983.

BENEDETTI, L. R. *Pluralismo Religioso e Pastoral Urbana*. Texto mimeografado, 1996.

BENEDETTI, L. R. *A religião na cidade*. In: ANTONIAZZI, A. e CALIMAN, C. (orgs.). A Presença da Igreja na Cidade. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

BERGER, P. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Trad.: José Carlos Barcelos. Ed. Paulinas, São Paulo, 1988.

BOFF, C. *Uma análise de conjuntura da Igreja Católica no final do milênio*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, v. 56, fasc. 221, março, 1996, p. 125-149.

BOFF, C. *Estatuto eclesiológico das CEBs*. In: BOFF, C. (org.). As comunidades de base em questão. Ed. Paulinas, São Paulo, 1997.

BOFF, L. E a Igreja se fez povo. *Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1991.

BOFF, L. *CEB's e ministérios na perspectiva do novo milênio*. In: Revista da Arquidiocese de Goiânia, n.ºs. 1-2, 1997, p. 204-214.

BORRAS, A. La parrocchia. *Diritto canonico e prospettive pastorali*. Ed. Dehoniane, Bologna, 1997.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Coleção “Ciências Sociais Estudos”. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1998.

BRATTI, P. *O futuro da paróquia urbana*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, v. 36, fasc. 143, setembro, 1976, p. 655-659.

CALIMAN, C. *A Evangelização na cidade hoje. Algumas reflexões pedagógico-pastorais*. In: ANTONIAZZI, A. e CALIMAN, C. (orgs.). *A Presença da Igreja na Cidade*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

CASTILHO, J. M. S. del. *O movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX*. In: TORRES-LONDONO, F. (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil (perspectiva histórica)*. Ed. Paulus, São Paulo, 1997.

CELAM - CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO.

Evangelização no presente e no futuro da América Latina - Conclusões da III Conferência do Episcopado Latino-Americano. Ed. Paulinas, São Paulo, 1986.

CHAUNU, P. O tempo das reformas (1225 - 1550) - I - a crise da cristandade. Ed. 70, Lisboa, 1993.

CIPOLINI, P.C. *Teologia e pastoral da Igreja na cidade*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, setembro, 1995, p. 590-609.

CNBB. *Declaração da Comissão Central da CNBB*. In: Coleção “Estudos da CNBB”-Pastoral da Terra. Ed. Paulinas, São Paulo, 1956.

CNBB. Plano de Pastoral de Conjunto PPC 1966-1970. Ed. Paulinas, Rio de Janeiro, 1967.

CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil - 1983-1986*. Série “Documentos da CNBB”, n° 28. Ed. Paulinas, São Paulo, 1984.

CNBB. *Pistas para uma pastoral urbana*. Série “Estudos da CNBB”, n° 22. Ed. Paulinas, São Paulo, 1986.

CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil - 1987-1990*. Série “Documentos da CNBB”, n° 38. Ed. Paulinas, São Paulo, 1987.

CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil - 1991-1994*. Série “Documentos da CNBB”, n° 45. Ed. Paulinas, São Paulo, 1991.

CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 1995-1998*. Série “Documentos da CNBB” n° 54. Ed. Paulinas, São Paulo, 1994.

CNBB - SETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Paróquia em comunicação - como iniciar a Pastoral da Comunicação na comunidade paroquial*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1998.

CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 1999-2002*. Série “Documentos da CNBB”, n° 61. Ed. Paulinas, São Paulo, 1999a.

CNBB. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Série “Documentos da CNBB”, n° 62. Ed. Paulinas, São Paulo, 1999b.

CNBB/REGIONAL SUL I - Serviço de Coordenação da Ação Evangelizadora nas Igrejas de São Paulo. *O fenômeno urbano: desafio para a pastoral*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

COMBLIN, J. *Comunidades Eclesiais de Base e Pastoral Urbana*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, Dezembro, 1970.

COMBLIN, J. *Evolução da pastoral urbana*. In: Teologia em Diálogo - estudos. Ernani Pinheiro (org.). Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Ed. Paulinas, São Paulo, 1980.

COMBLIN, J. *A força da palavra*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1986.

COMBLIN, J. *Teologia da Cidade*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1991.

COMBLIN, J. *Viver na cidade*. In: BEOZZO, J.O. (org.), Curso de Verão - Ano VIII. Coleção Teologia Popular. Ed. CESEP/Paulus, São Paulo, 1994.

COMBLIN, J. *O cristianismo no limiar do terceiro milênio*. In: CALIMAN, C. (org.). A Sedução do Sagrado - o fenômeno religioso na virada do milênio. Ed. Vozes, Petrópolis, 1999.

COMBLIN, J. Pastoral urbana - o dinamismo na evangelização. Ed. Vozes, Petrópolis, 1999.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições. Decretos. Declarações*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

CORSO, M. Dal. *Paróquia e religião do povo: paróquias e comunidades no universo rural brasileiro nos últimos 50 anos*. In: TORRESLONDONO, F. (org.). Paróquia e comunidade no Brasil - Perspectiva histórica. Ed. Paulus, São Paulo, 1997.

COX, H. *A cidade do homem - a secularização e a urbanização na perspectiva teológica*. Jovelino Pereira Ramos e Mayra Ramos (trads.). Série "Encontro e Diálogo", vol. 7, 21 ed. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1971.

- DIEL, P.F. *A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República*. In: TORRES-LONDONO, F. (org), *Paróquia e comunidade no Brasil - Perspectiva histórica*. Ed. Paulus, São Paulo, 1997.
- DOMEZI, M.C. *A paróquia desafiada a ser comunidade de comunidades*. In: TORRES-LONDONO, F. (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil - Perspectiva histórica*. Ed. Paulus, São Paulo, 1997.
- DUARTE, T. *A criação da Arquidiocese de Goiânia e a construção de Brasília*. In: *Fragmentos e Cultura*, v. 8, n° 1, janeiro e fevereiro, 1998, p. 115-129.
- DURKHEIM, E. *Formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1989.
- FICHTER, J. *Las relaciones sociales en una parroquia urbana*. Coleção "Sociologia y Pastoral", n° 4. Ed. Nova Terra-ISPA. 1966.
- GEFFRÉ, C.; JOSSUA, J.P. *Interpretação teológica da modernidade*. In: *Concilium*, n° 244, junho, 1992, p. 3-7.
- GUIMARÃES, A.R. *Comunidades de base no Brasil: uma nova maneira de ser Igreja*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.
- HOORNAERT, E. *A memória do povo cristão*. Coleção "Teologia é Libertação" (Série Experiência de Deus e justiça). Ed. Vozes, Petrópolis, 1986.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico - 1990*. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da População - 1996*. Vol 1. Rio de Janeiro, 1997.

JOÃO PAULO II, Papa. *Código de Direito Canônico*. Trad.: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Ed. Loyola, São Paulo, 1987.

KONIG, A. *Paróquia, mundo urbano e comunidade*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, v. 54, fasc. 213, março, 1994, p. 150-160.

KREUTZ, I. V. A paróquia: lugar privilegiado da pastoral da Igreja. Ed. Loyola, São Paulo, 1989.

LE GOFF, J. *O imaginário medieval*. Ed. Estampa, Lisboa, 1994.

LEPARGNEUR, H. *A secularização*. Ed. Duas Cidades, São Paulo, 1971.

MARINS, J. *Comunidade eclesial de base*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1968.

MARINS, J. (org.). *Missão evangelizadora da comunidade eclesial*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1977.

MARTELLI, S. A religião na sociedade pós-moderna - entre secularização e dessecularização.

Ed. Paulinas, São Paulo, 1995.

MO SUNG, J. Teologia e economia - repensando a teologia da libertação e utopias. Ed. Vozes,

Petrópolis, 1995.

NUNES, M. J. F. R. *Mulheres na Igreja Católica: elementos para uma crítica do poder*

religioso. Paper de Trabalho apresentado - Mesa Redonda MR-11 (“Mulher, Gênero e Poder Religioso”). In: VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo, 22-25/09/1998.

OLIVEIRA, P. A. R. de. *O catolicismo do povo*. In: W.AA. Evangelização e comportamento

religioso popular. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.

OLIVEIRA, P. A. R. de. *Religião e dominação de classe*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1985.

OLIVEIRA, P. A. R. de. *A ambivalência política da religião popular*. In: Revista Eclesiástica

Brasileira, v. 54, fasc. 214, junho, 1994a, p. 413-426.

OLIVEIRA, P. A. R. de. *CEB's - o que são? Quantas são? O que fazem?* In: Revista

Eclesiástica Brasileira, v. 54, fasc. 216, dezembro, 1994b, p. 931-934.

OLIVEIRA, P. A. R. de. *A sociologia da religião em Pierre Bourdieu*. In: ROLIM, F. C. (org.).

A religião numa sociedade em transformação. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

- OLIVEIRA, P. A. R. de. *CEB: unidade estruturante de Igreja*. In: BOFF, C. (org.). *As comunidades de base em questão*. Ed. Paulinas, São Paulo, 1997.
- OSSELMANN, D. J. *Um olhar a partir de uma experiência da igreja evangélica de Confissão Luterana em São Paulo*. In: BEOZZO, J.O. (org.). *Curso de Verão Ano VIII*. CESEP/Paulus, São Paulo, 1994.
- PASCAL, T. *Que devient la paroisse? Mort annoncée ou nouveau visage?* Ed. Desclée de Brouwer, Paris, 1996.
- PASTORE, A. *Pastoral urbana*. Ed. Loyola, São Paulo, 1992.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.L.O.; GARDÊNIA, M. de O. *Um toque de clássicos - Durkheim, Max e Weber*. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- ROLIM, F.C. (org.) *A religião numa sociedade em transformação*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.
- ROSSI, A. *Uma perspectiva de catequese popular*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 42, fasc. 167, março, 1982, p. 456-464.
- RUIZ, C. M. B. *A força transformadora social e simbólica das CEB's*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

SARTORI, L. M. *Igreja particular e pastoral ambiental*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1973.

SILVA, M. da C. *Vem, Espírito Santo: Catolicismo Carismático em Goiânia (1973-1998)*. Tese de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, 1998.

SILVA, R. V. Pós-moderno e pastoral da comunicação - mudanças culturais e provocações operacionais. In: *Fragmentos de Cultura*, 1995, Ano 5, nº 14, p. 139.

STRAGLIOTTO, O. J. *Perspectivas pastorais ... É possível recuperar a paróquia?* In: TORRES-LONDONO, F. (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil - Perspectiva histórica*. Ed. Paulus, São Paulo, 1997.

SUESS, P. *Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros - Ensaio de missiologia*. Ed. Paulus, São Paulo, 1995.

SUESS, P. *Perspectivas pastorais em vista do terceiro milênio*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 56, fasc. 224, dezembro, 1996, p. 856-874.

TEIXEIRA, N. C. *Realidade urbana no Brasil: um projeto de pesquisa*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 54, fasc. 213, março, 1994, p. 142-171.

TEIXEIRA, F. *Novo congregacionismo - resposta católica*. In: Concilium, fasc. 265, março, 1996, p. 27-44.

TELES, J.M. *Vida e obra de Silva de Souza*. Ed. Oriente, Goiânia, 1978.

TORRES-LONDOÑO, F. *Elementos para uma história da paróquia*. In: TORRES-LONDONO, F. (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil Perspectiva histórica*. Ed. Paulus, São Paulo, 1997.

VALLE, R. e PITTA, M. *Comunidades eclesiais católicas - resultados estatísticos no Brasil*. Ed. Vozes/CERIS, Petrópolis, 1994.

VALLE, R. e SARTI, I. *Realidade urbana no Brasil: um projeto de pesquisa*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, v. 54, fasc. 213, março, 1994, p. 142-150.

VANZAN, P. e AULETTA, A. *La parrocchia per la nuova evangelizzazione: tra corresponsabilità e partecipazione*. Ed. Ave, Roma, 1998.

VICENZO, Bo; DIANICH, S.; CARDAROPOLI, G. *Parrocchia e pastorale parrocchiale - storia, teologia e linee pastorali*. Editora EDB, Bologna, 1997.

VOLF, M. *Neocongregacionismo - uma resposta protestante*. In: Concilium, fasc. 265, março, 1996, p. 45-54.

WANDERLEY, L.E. *Pastoral urbana: sujeitos e estruturas*. In: ANTONIAZZI, A. e CALIMAN, C. (orgs.). *A Presença da Igreja na Cidade*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

WEBER, M. *Economia e sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva*. Ed. UnB, Brasília, 1991.

RELATÓRIOS XEROGRAFADOS¹⁷³:

RELATÓRIO 1 - *Relatório do Encontro de Pastoral Urbana*. Belo Horizonte, 14 a 16 de setembro de 1993.

RELATÓRIO 2 - *Seminário sobre Pastoral Urbana*. Campinas, 13 a 15 de setembro de 1994.

RELATÓRIO 3 - *Seminário de estudos sobre Pastoral Urbana nas grandes cidades*. Tema: *“Igreja e cidadania nas grandes cidades”*. Texto apresentado ao IV Seminário de Estudos sobre a Pastoral Urbana, Brasília, 12 a 14 de setembro de 1995.

RELATÓRIO 4 - *“Pastoral Urbana - Arquidiocese de São Paulo - Região Episcopal Belém. Uma experiência pastoral: Igreja nas casas”*. Texto apresentado ao IV Seminário de Estudos sobre a Pastoral Urbana, Brasília, 12 a 14 de setembro de 1995.

¹⁷³ Supomos que estes Relatórios, sem autoria explícita, foram elaborados por uma equipe de secretaria de cada um dos Encontros a que se referem, razão pela qual eles foram elencados fora do conjunto do Referencial Bibliográfico, apesar de compô-lo.

RELATÓRIO 6 - “*Formação de militantes numa grande cidade - experiência da Arquidiocese de Campinas*”. Texto apresentado ao IV Seminário de Estudos sobre a Pastoral Urbana, Brasília, 12 a 14 de setembro de 1995.

RELATÓRIO 7 - *Seminário sobre Pastoral Urbana - Pistas para a Pastoral Urbana*. 16 de setembro de 1997 (sem referências locais).

ANEXOS
